

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio-Econômico - CSE
Departamento de Ciências Econômicas

LUCAS SILVA COUTINHO

IMPORTÂNCIA DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR EM
VISTAS DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA NO BRASIL

Florianópolis, 2016.

LUCAS SILVA COUTINHO

IMPORTÂNCIA DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR EM
VISTAS DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA NO BRASIL

Monografia submetida ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção
do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Msc. João Randolfo Pontes

Florianópolis, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 (oito) ao aluno Lucas Silva Coutinho na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Msc. João Randolfo Pontes

Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva

Prof. Msc. Max Cardoso de Resende

RESUMO

COUTINHO, Lucas Silva. A importância dos *Planos de benefícios de entidades de fechadas de previdência complementar na atualidade*. 2016. 65 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Orientador: Msc. João Randolfo Pontes.

A situação do cenário atual da economia brasileira vem apresentando sinais de que não haverá recursos, por parte do governo, para arcar com as aposentadorias da população economicamente ativa no futuro. Dados estatísticos mostram que em 2050 haverá mais idosos do que crianças no Brasil (IBGE, 2015). O presente trabalho tem a finalidade de enfatizar a importância de os atuais trabalhadores se prevenirem a respeito de suas aposentadorias. Para tal, foi feito primeiramente um levantamento teórico do seguro social do Brasil, apresentado a forma que está organizado o Regime Geral de Previdência Social, a situação das finanças previdenciárias e sua relação com a demografia; e os planos de benefícios de Entidades de Previdência Complementar (em especial, os planos de contribuição definida e benefício definido).

Palavras-chave: Plano de benefícios; previdência complementar fechada; contribuição definida; benefício definido.

ABSTRACT

COUTINHO, Lucas Silva. *Benefit plans in pension plans and their significance in the present*. 2015. 67 f. Monograph (Undergraduate Degree in Economics) – Federal University of Santa Catarina, Florianópolis.

Advisor: Prof. João Randolfo Pontes.

The current situation of the Brazilian economy has been showing signs that there will be no resources from the government to cover the pensions of the working population in the future. Statistical data show that in 2050 there will be more elderly than children in Brazil (IBGE, 2015). This research aims to emphasize the importance of the current workers to be aware about their pensions. For this purpose, a theoretical survey of the social security of Brazil was made, presenting the form that the General Social Security System is organized, the social security situation and its relationship with demography, as well as the pension plans for Complementary Pension Institutions (in particular, The defined contribution and defined benefit plans).

Keywords: Benefit plans; closed supplementary pension plan; defined contribution; defined benefit.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentuais de Perfis de Investimento.....	43
Gráfico 2 Evolução Anual Do Valor Arrecadado Pela Previdência Social.....	51
Gráfico 3: Evolução Do Valor Acumulado De Benefícios Emitidos.....	53
Gráfico 4: Resultado Primário do RGPS.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Alíquotas por faixa Salarial, trabalhador formal	31
Quadro 2: Alíquotas por faixa Salarial, trabalhador autônomo.....	31
Quadro 3: Diferenças Entre Entidades Fechadas e Abertas.....	37
Quadro 4: Alíquotas por faixa Salarial dos Trabalhadores.....	46
Quadro 5: Alíquotas por classe de Empresas.....	47
Quadro 6: Contribuições Vinculadas à Previdência Pública.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Fluxo de Caixa do INSS 2015 / 2016.....	55
Tabela 2: Arrecadação e Benefício em relação ao PIB - 2015.....	56

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fases do ciclo de vida econômico de uma pessoa.....	19
Figura 2: Segmentos da Seguridade Social.....	23
Figura 3: Pirâmide Etária Brasileira.....	57
Figura 4: Evolução dos Grupos etários.....	58

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo geral	15
1.2.2 Objetivos específicos.....	15
1.3 METODOLOGIA.....	15
1.3.1 Definição da estratégia metodológica	16
1.3.2 Coleta e análise de informações	16
1.3.3 Limitação da pesquisa	17
1.3.4 Estrutura do trabalho.....	17
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, CONCEITOS E CONTEXTUALIZAÇÃO	18
2.1. TEORIAS DE CONSUMO	18
2.2. PREVIDÊNCIA E O SISTEMA DE REPARTIÇÃO SIMPLES.....	20
2.3. PREVIDÊNCIA E A RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO	21
2.4 SEGURO SOCIAL, PREVIDÊNCIA PÚBLICA	22
2.4.1. Conceito Seguridade Social.....	22
2.4.2. Breve história do seguro social no mundo.....	24
2.4.3. Breve história do seguro social e previdência no Brasil.....	26
3. PREVIDÊNCIA PÚBLICA E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	29
3.1. PREVIDÊNCIA PÚBLICA	29
3.1.1. Regime Geral de Previdência Social	29
3.1.2. Contribuições por parte do empregado.....	30
3.1.3. Contribuições por parte da empresa	32
3.2 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	32
3.2.1 Origens dos Fundos de Pensão	32
3.2.2. Tipos de previdência complementar: Entidades Fechadas e Abertas	34
3.2.1 Entidades Fechadas de Previdência Complementar	35
3.2.2 Entidades Abertas de Previdência Complementar	36
3.2.3. Tipos de Planos de Benefícios de Previdência Complementar no Brasil	38
3.2.4. Plano Benefício Definido	39
3.2.5. Plano Contribuição Definida	41
3.2.6. Plano Contribuição Variável.....	44
4. IMPORTANCIA DA PREVENÇÃO DA SITUAÇÃO PREVIDENCIARIA FINANCEIRA DO FUTURO APOSENTADO.....	45
4.1 ARRECADAÇÃO E O PASSIVO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	45
4.1.1 Arrecadação	45

4.1.1.1. Contribuintes Pessoa Física	45
4.1.1.2. Contribuintes Pessoa Jurídica	46
4.1.1.3 Série Histórica da Arrecadação	50
4.1.3. Passivo do Regime Geral de Previdência Social	51
4.1.3.1. Quem são os Beneficiários do RGPS	52
4.1.3.2. Série Histórica dos Benefícios Concedidos	52
4.1.3.3. Resultado Primário do RGPS – Série Histórica	54
4.1.3.4. Fluxo de Caixa do INSS 2015 / 2016.....	55
4.2. DEMOGRAFIA ATUAL DO BRASIL, UMA VISÃO PREVIDENCIÁRIA	56
4.2.1 Estimativas Demográficas para o Brasil	57
4.3 FASES DO CICLO DE VIDA FINANCEIRO DE UMA PESSOA	58
5.CONCLUSÃO	60
6. REFERÊNCIAS	61

1. INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Os avanços tecnológicos relacionados às áreas da saúde e do saneamento básico proporcionaram aos brasileiros – e à humanidade, de modo geral – uma maior longevidade. Na década de 1990, a estimativa de vida do brasileiro era em média de 66 anos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013). O cálculo mais atualizado (IBGE, 2013), por sua vez, apresentou uma expectativa de vida de 75,44 anos, um aumento de 9,44 anos na média de vida do brasileiro.

A projeção populacional calculada pelo IBGE estima que as pessoas com mais de 50 anos de idade representarão 43,378% da população brasileira em 2050 (IBGE, 2011). Nesse contexto, a previdência pública pelo Regime Geral, viabilizada pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), não será suficiente para suprir a demanda dos futuros novos aposentados.

Ainda segundo IBGE (2016), nos últimos anos a taxa de fecundidade dos brasileiros vem caindo significativamente, saindo do patamar de 2,39 % nos anos 2000 e chegando a 1,69% em 2016. Os dados apontam ainda que em 2030 essa taxa chegará ao nível de 1,51%.

É sabido que a população economicamente ativa, a qual possuem mais atributos ao trabalho laboral, está na faixa etária entre 15 a 64 anos. Estes, geralmente, possuem maiores condições vitais para contribuir, enquanto as outras duas faixas etárias: crianças (0 a 14 anos) e idosos (65 anos ou mais) possuem uma relação direta de dependência com a faixa etária dos aptos ao trabalho. Hoje, de acordo com o IBGE ainda tem mais crianças do que idosos, porém no futuro esse dado irá se inverter tendo mais idosos do que crianças. As crianças serão futuras pessoas economicamente ativas e contribuirão para o equilíbrio do sistema enquanto os idosos, não mais. Sendo assim, o sistema ficaria ameaçado, porque segundo as estimativas, cada vez menos pessoas estão sendo incluídas na faixa etária da população economicamente ativa, e cada vez mais pessoas deixam de ser pessoas economicamente ativas e sendo incluídas no grupo dos dependentes, idosos.

Além do apresentado acima, é válido ressaltar que a Seguridade Social brasileira não tem por finalidade assegurar o padrão de vida dos assegurados, mas sim o necessário a vida digna.

De acordo com Constituição Federal, Lei 8.212 de 1991, no que trata a respeito da Seguridade Social, cabe ao Estado o dever de assegurar os elementos de manutenção.

Art. 3º A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente (BRASIL, 1991).

O termo “manutenção” é entendido como elementos básicos à vida digna, e não à manutenção do padrão de vida do indivíduo.

A Seguridade Social tem como propósito fundamental proporcionar aos indivíduos e às famílias a tranquilidade de saber que o nível e a qualidade de suas vidas não serão significativamente diminuídos, até onde for possível evitá-lo, por nenhuma circunstância econômica ou social. A Seguridade Social não se preocupa em garantir o padrão de vida do indivíduo, mas apenas assegurar-lhes condições mínimas para uma sobrevivência digna (FAÇANHA, 2015)

Nos dias de hoje, muitos trabalhadores que se aposentam somente no Regime Geral de previdência (INSS) voltam a exercer uma atividade remunerada, devido ao fato de que o benefício concedido pelo INSS não ser suficiente para garantir um padrão de vida semelhante ao que tinham anteriormente à aposentadoria. O valor mínimo que é pago pelo INSS aos aposentados é de R\$ 880,00, chegando a um teto de R\$ 5.189,82 (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2016). No entanto, devido à burocracia e a uma série de normas regulamentadoras, é muito difícil um trabalhador conseguir auferir sua aposentadoria ao nível do teto do benefício do INSS.

Para agravar a situação dos aposentados, o governo federal sancionou no dia 05/11/2015, a Lei 13,183 de novembro de 2015, onde muda-se as regras para a aposentadoria. O modelo progressivo para o cálculo da aposentadoria antes estabelecido em medida provisória, MP 676 (G1, 2015), hoje já foi sancionado como lei. A partir de junho/2015, o cálculo leva em consideração o número de pontos alcançados, somando a idade e o tempo de contribuição do segurado (chamada Regra 85/95 Progressiva). Em outras palavras, alcançando os pontos necessários, é

possível receber o benefício integral, sem aplicar o fator previdenciário, caso contrário, o benefício concedido ao aposentado é reduzido de acordo com o fator previdenciário.

O fator previdenciário em questão, nada mais é, do que um redutor do valor do benefício do aposentado, baseado nos cálculos onde são considerados a idade, tempo de contribuição, basicamente.

Ou seja, o panorama previdenciário atual e as estimativas demográficas futuras, não são das mais otimistas para os futuros aposentados, caso utilizado somente a previdência pública brasileira.

O fato de que o Estado não possui os devidos recursos necessários para garantir os benefícios aos aposentados, não é um assunto novo para os brasileiros. Em 1977, o então presidente Ernesto Geisel, por meio da Lei 6.435, sanciona que o governo passa a regulamentar as entidades de previdência complementar, a fins de atender parte da demanda não atendida pela previdência pública.

A Lei 6.435/77, expressando um preceito constitucional, equiparou as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs (na época eram Entidades Fechadas de Previdência Privada - EFPPs) às instituições de assistência social, um correto entendimento que deu forte impulso à Previdência Complementar por torna-la Tributariamente imune. Os fundos de pensão nasceram, assim, com imunidade tributária amparada na Constituição, pois não possuíam finalidades lucrativas, mostravam contabilmente transparentes e investiam exclusivamente em ativos localizados no Brasil.(ABRAPP, 2005)

Em função do problema apresentado acima, os trabalhadores veem a necessidade de contratarem um serviço privado, aderindo, assim, a um plano de previdência complementar, seja aberto ou fechado.

Neste trabalho, foi abordado os planos de benefícios de entidades de previdência complementar fechadas e abertas. Seus cálculos de benefícios e sua eficácia em relação ao seu principal objetivo, o benefício dos aposentados, com maior ênfase em entidades fechadas de previdência complementar.

Diante das incertezas atuais, deverão as pessoas economicamente ativas poderiam se precaver quanto ao seu futuro previdenciário?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Examinar a situação atual da previdência pública brasileira, apresentar as características dos planos de benefício oferecidos atualmente.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) apresentar os aspectos conceituais e históricos de seguridade social, e as características do Sistema Previdenciário Brasileiro
- b) apresentar o panorama atual da previdência social brasileira e os tipos de entidades de previdência complementar, bem como seus planos de benefícios;
- c) analisar a importância de um plano de benefício complementar na atualidade.

1.3 METODOLOGIA

O tema em si é um vasto campo de pesquisa, tanto na área da previdência pública brasileira, quanto na área de previdência complementar. Portanto a pesquisa limitou-se a apresentar os aspectos financeiros e demográficos da previdência pública e a apresentar as características da previdência complementar, seus planos de benefícios e as entidades que oferecem os mesmos.

No trabalho de pesquisa, foi utilizado para a sua elaboração a abordagem bibliográfica a fim de encontrar uma solução para o problema levantado, sendo motivada tão somente por razões intelectuais, ou seja, a busca pelo conhecimento.

No capítulo 2 foi tratado o primeiro objetivo específico, onde foi abordado os conceitos de seguro social onde se deu origem a todo conceito de seguridade que entende-se atualmente.

O segundo objetivo específico, foi tratado no capítulo 3. A respeito da previdência pública foi percorrido acerca do funcionamento do Regime Geral de Previdência Social e suas contribuições por parte dos trabalhadores e as empresas. Já a respeito da Previdência Complementar, foi abordado as origens dos fundos de

pensão, os tipos de entidades existentes, bem como os planos de benefícios oferecidos atualmente no Brasil.

O terceiro objetivo específico, foi tratado no capítulo 4, foi feita uma comparação entre o passivo e a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social, apresentado uma série histórica do Resultado Primário do RGPS, bem como dados da demografia do Brasil e as estimativas até o ano de 2030.

1.3.1 Definição da estratégia metodológica

A pesquisa foi realizada com o método de levantamentos bibliográficos, devido ao fato de ser mais viável economicamente e de permitir um aprofundamento mais rápido no problema de pesquisa. O levantamento foi realizado em pesquisas em livros sobre o tema, sites virtuais, dissertações e teses defendidas associações, dentre outros.

1.3.2 Coleta e análise de informações

Para a elaboração do capítulo 2, os dados bibliográficos foram coletados, principalmente, em Dornbusch & Fischer (1991), Pinheiro (2007), Rezende (2001), dentre outras teses relacionadas ao tema. No capítulo 3, os dados foram pesquisados em Domeneghetti (2009); ABRAPP (2005, 2008); Pinheiros (2007); Chan, Betty e Lilian (2010); Pena (2008); entre outras obras pertinentes. No capítulo 4, os dados estatísticos foram extraídos do ambiente virtual do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE), IpeaData e utilizado o Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS) viabilizado pela Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. A análise foi realizada a partir dos relatórios obtidos.

1.3.3 Limitação da pesquisa

A pesquisa se concentra no panorama de seguridade social e o sistema previdenciário nacional, a previdência complementar.

1.3.4 Estrutura do trabalho

No capítulo 2 foram abordadas as teorias do consumo, demonstrado o modelo vigente da previdência brasileira, bem como os conceitos de Seguridade Social e um breve histórico da previdência no mundo e no Brasil. Em seguida no capítulo 3, foram abordados: o funcionamento do Regime Geral de Previdência Social, que é oferecido pelo Estado; os tipos de previdência complementar existentes no Brasil; seus planos de benefícios, com um enfoque maior nas entidades de previdência complementar fechada. No capítulo 4, foi feita uma análise do panorama previdenciário público, enfatizando a importância de os trabalhadores atuais se precaverem quanto às suas aposentadorias. E por fim, no capítulo 5, foi apresentada a conclusão da pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, CONCEITOS E CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. TEORIAS DE CONSUMO

Diante das características apresentadas pelo regime de previdência brasileiro, torna-se válido analisar, baseado nas teorias de consumo, o comportamento dos consumidores à luz do consumo e poupança futuros.

As decisões de consumo são determinadas por diversos fatores. Contudo, seu principal determinante é, a renda disponível, ou seja, a renda remanescente após serem transferidos ao governo todos os tributos. Assim, quando a renda disponível aumenta os consumidores consomem mais, e quando diminui, consomem menos. Entretanto, a razão entre consumo e renda é menor que um, ou seja, os indivíduos tendem a destinar parte de sua renda ao consumo e poupam o restante (BLANCHARD, 2004, p.47).

No entanto é de suma importância lembrar que o consumo não tem como único determinante a renda disponível, segundo Blanchard (2004) também são considerados as expectativas em relação ao futuro, inflação e capacidade do poder de compra.

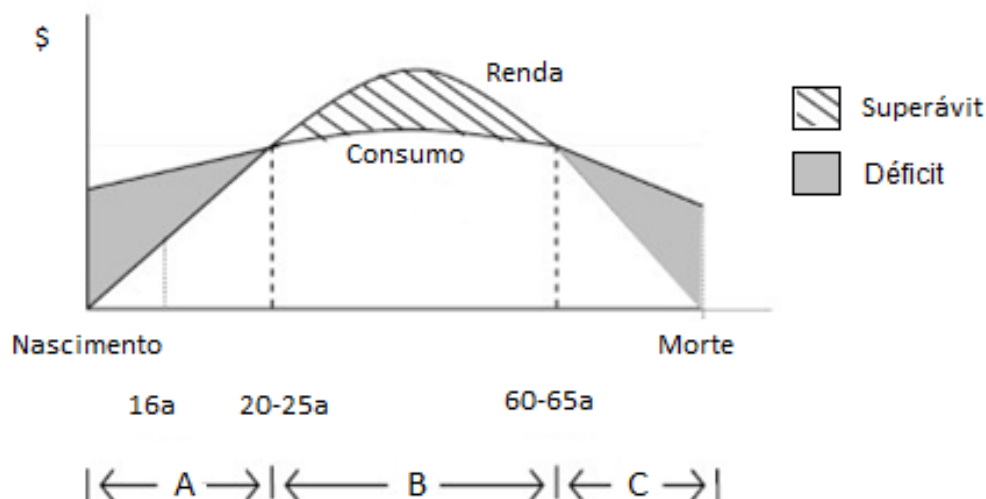
Uma outra visão diferente da Teoria do Consumo e da renda disponível de Blanchard, a Teoria de Ciclo de Vida de Franco Modigliani enfatiza que os indivíduos planejam seu consumo baseando em manter o nível de consumo e poupança ao longo da vida, na tentativa de melhor alocar a renda e consumo na velhice quando ocorre, geralmente, uma queda na produtividade laboral (DORNBUSCH & FISCHER, 1991, p.306).

A Teoria do Ciclo de Vida de Modigliani aponta ainda que, o consumo dos indivíduos também é influenciado pela faixa, de maneira semelhante acontece para a população, ou seja, a taxa de consumo e poupança também é afetada pela faixa etária da população (DORNBUSCH & FISCHER, 1991).

Pelo conceito de ciclo de vida econômico, segundo Clark et al (2004), a vida dos indivíduos pode ser dividida em três etapas (A, B e C), onde na primeira (A) etapa e na última (C), tem-se períodos deficitários enquanto durante a etapa intermediária (B) temos a fase superavitária, do ponto de vista orçamentário. Desse modo, o

excesso produzido durante a fase ativa, é muito conveniente o trabalhador acumular para o consumo futuro quando não exercer mais uma atividade laboral.

Figura 1: Fases do ciclo de vida econômico de uma pessoa



Fonte: Pinheiro (2007)

Na primeira fase deficitária da vida de um indivíduo (A), na infância e juventude, geralmente o mesmo tem um responsável legal a quem pode recorrer para seu sustento. Porém o mesmo não pode ser afirmado quanto a segunda fase deficitária (B), assim faz-se necessário os trabalhadores se planejarem para terem mais segurança na terceira idade.

Friedman (1957), conforme citado por Segundo Dornbusch & Fischer (1991), em sua Teoria do Consumo da renda Permanente, apresenta uma outra abordagem que difere da teoria do ciclo de vida já apresentada. Segundo Dornbusch & Fischer (1991) “A renda permanente é a taxa do constante de consumo que uma pessoa pode manter o resto da vida, dado o nível presente de riqueza e rendas ganhas no presente e no futuro”. Dizendo com outras palavras e acrescentando, o consumo do indivíduo se baseia em sua renda que auferir todos os meses, renda constante, os ganhos extras devem ser poupados para serem gastos ao longo da vida.

A Teoria de Friedman (1957 apud DORNBUSCH & FISCHER, 1991) sugere que as pessoas mantêm seu nível de consumo em relação às oportunidades de renda de longo prazo e não de acordo com o nível de renda corrente.

No entanto, a teoria do consumo da renda permanente e a teoria do consumo do ciclo de vida, não são inteiramente discordantes. A hipótese defendida do ciclo de vida, concentra-se mais nos motivos que levam a poupar do que a hipótese da renda permanente, e ainda prevê motivos concretos para incluir a riqueza como renda na função consumo. Por outro lado, hipótese da renda permanente volta-se mais para a forma de como os indivíduos criam expectativas quanto a sua renda futura (DORNBUSCH & FISCHER, 1991, p. 324).

Contudo, ambas teorias esboçam o papel de explicar o comportamento do consumo agregado. Porém ainda existem fatos relevantes relacionados ao consumo, incluindo o excesso de sensibilidade do consumo em relação à renda corrente e o fato de as pessoas não diminuírem suas poupanças quando alcançam a terceira idade (DORNBUSCH & FISCHER, 1991, p.340).

Sendo assim, pode-se afirmar que as teorias esboçadas acima se complementam.

2.2. PREVIDÊNCIA E O SISTEMA DE REPARTIÇÃO SIMPLES

A previdência pública brasileira foi constituída, na sua origem, como um sistema de capitalização, posteriormente foi modificada para um sistema de repartição simples, sob a pressão do estado por obter mais recursos. (GIAMBIAGI; ALÉM, 1999).

No sistema de repartição simples, os trabalhadores contribuem para um fundo e os recursos adquiridos são repartidos, de acordo com determinados critérios, entre os inativos, provocando, portanto, transferências dos recursos para os indivíduos que não exercem de atividade laboral. Dessa forma, para a sua implementação é necessária a existência de uma máquina estatal coordenada, capaz de gerir intertemporalmente o sistema (MIRANDA, 1997).

Giambiagi e Além (1999) complementam afirmando que o financiamento do sistema é financiado pelos trabalhadores ativos contemporâneos:

[...] Já no sistema de repartição, essencialmente, as aposentadorias dos inativos, a cada momento do tempo, são financiadas pelos ativos contemporâneos, ficando estes sujeitos, quando se aposentarem, a terem suas aposentadorias financiadas pelos ativos da geração seguinte (GIAMBIAGI; ALÉM, 1999, p 21 4).

Sendo assim, em um regime de repartição simples, os recursos arrecadados pelos trabalhadores em um período são utilizados para os pagamentos dos benefícios durante o mesmo período. Entretanto, em um mesmo regime de repartição, devem ser provisionadas “reservas de contingência”, com a finalidade de suavizar eventuais flutuações sazonais tanto da receita quanto da despesa do sistema. (OLIVEIRA; BELTRÃO et al, 1994).

Segundo Rezende (2001), o problema do sistema de repartição é que ele não mantém uma relação direta entre as contribuições aportadas com os benefícios auferidos pelo mesmo trabalhador, deixando assim o funcionamento do sistema fortemente dependente de flutuações econômicas e demográficas.

Atualmente o regime previdenciário brasileiro é formado com bases em um modelo de repartição simples, ou seja, as contribuições de ativos desta geração financiam o benefício dos inativos. Este sistema se mostra problemático por não ser suficiente para realizar os pagamentos dos benefícios aos aposentados, se tornando necessário o subsídio do Estado. E se o déficit da previdência continuar o sistema não será sustentável e cada vez mais será necessário mais reajuste de alíquotas e de contribuições para manter o sistema.

2.3. PREVIDÊNCIA E A RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO

É de suma importância ser observado a questão previdenciária brasileira em seu aspecto orçamentário, já que os benefícios são pagos e administrados pelo Estado e financiados pelos diversos contribuintes e pelas taxas contributivas e mesmo assim vem apresentando resultados pessimistas nos últimos anos.

O superávit líquido ou déficit orçamentário da previdência pública faz parte das contas públicas do governo.

Todo o sistema é custeado pelas mais variadas contribuições, que segundo Rezende (2001) as Receitas são: tributárias, de contribuições, patrimoniais; industriais, agropecuárias e de serviços. No que as receitas de contribuições incluem as contribuições sociais (Contribuições para o financiamento da seguridade Social, Contribuições de empregadores e trabalhadores para a Seguridade Social, Contribuições do Salário-Educação etc.) e as contribuições econômicas (Contribuição

para o programa de Interação Nacional – PIN, Contribuição para o Proterra, Contribuição pela Exploração de Recursos Minerais etc.)

Com relação ao orçamento que estão vinculadas, tem-se as receitas do orçamento da seguridade social e as receitas do orçamento fiscal. Estas receitas são formadas pela arrecadação de impostos, dos órgãos não ligados a seguridade e de contribuições econômicas. As receitas da seguridade social são basicamente as contribuições definidas no art.195, da Constituição Federal, e as receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos da seguridade social. (REZENDE, 2001, p.152).

Já em relação às despesas, são baseadas na política de Bem estar social na qual o Estado moderno está organizado, caracterizando-se em obrigações por parte do governo. Sobretudo as despesas com Seguridade Social, onde compõem-se a maior parte das despesas nas contas nacionais, e as despesas com Educação e Saúde.

Segundo Dornbusch & Fischer (1991) as despesas do Estado são classificadas como mandatórias e discricionárias. As primeiras, despesas mandatórias, são despesas que o governo se compromete a fazer em conformidade com as leis existentes, e despesas discricionárias são governados pelo processo de apropriação congressional. Dessa forma, pode-se afirmar que as despesas com previdências são, portanto, caracterizadas como despesas mandatórias.

A partir do orçamento de receitas e despesas, o setor público se defronta com sua restrição orçamentária, e como qualquer outro agente econômico, esse orçamento pode se mostrar deficitário ou superavitário, Caso seja superavitário, o Estado pode alocar o excedente como poupança e emprestar ao setor privado, caso contrário, se o orçamento se mostrar deficitário, é o governo quem precisará realizar empréstimos junto ao setor privado e/ou ao Banco Central (REZENDE, 2001 , p. 275)

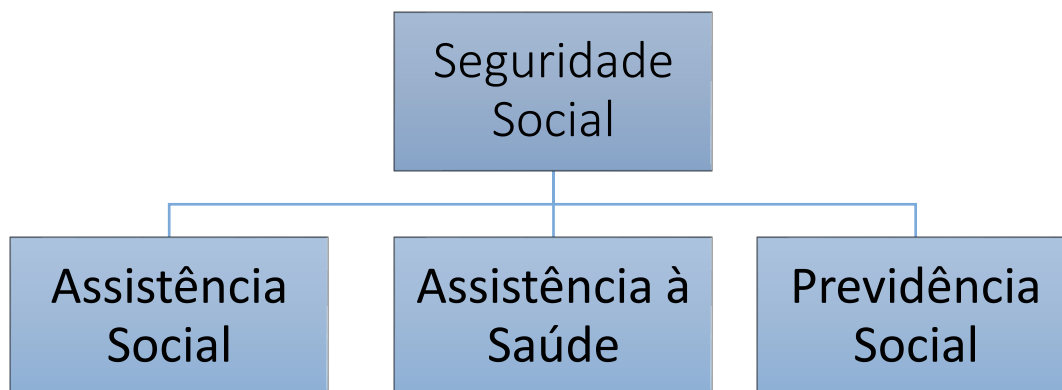
2.4 SEGURO SOCIAL, PREVIDÊNCIA PÚBLICA

2.4.1. Conceito Seguridade Social

Segundo o artigo 1º da lei 8.212 de 1991, “A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.”

Durante a Constituinte de 1980 a Seguridade Social começava a ser pensada, porém somente na Constituição de 1988 foi finalmente consolidada. A Seguridade Social dividida em três segmentos, são eles: assistência social, assistência à saúde e a previdência social.

Figura 2: Segmentos da Seguridade Social



Fonte: BRASIL (1988)

A Assistência Social, tem como objetivo atender as necessidades básicas da população, mesmo àqueles que não são contribuintes, mais especificamente atende aos cidadãos em situação vulnerável socialmente através de aportes financeiros, programas de proteção básica e especial, atendimentos emergenciais entre outros.

Art. 4º A Assistência Social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social.

Parágrafo único. A organização da Assistência Social obedecerá às seguintes diretrizes:

- a) descentralização político-administrativa;
 - b) participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis.
- (BRASIL,1991)

A Assistência à Saúde, segundo a Constituição de 1988, é definida como um “direito de todos e dever do Estado”, para atender a esse direito criou-se o Sistema Único de Saúde (SUS), na qual possui inclui políticas de natureza médica, nutricional, educacional, ambiental, sanitária e psicossocial. Entretanto esse serviço pode ser complementado com a esfera privada.

Ainda de acordo com lei 8.212 de 1991, artigo 2º:

Art. 2º A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Parágrafo único. As atividades de saúde são de relevância pública e sua organização obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) acesso universal e igualitário;
- b) provimento das ações e serviços através de rede regionalizada e hierarquizada, integrados em sistema único;
- c) descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- d) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas;
- e) participação da comunidade na gestão, fiscalização e acompanhamento das ações e serviços de saúde;
- f) participação da iniciativa privada na assistência à saúde, obedecidos os preceitos constitucionais (BRASIL,1988).

A Previdência Social tem como objetivo assegurar aos beneficiários a manutenção dos meios de básicos à vida, protegendo-os contra eventuais riscos que possam ocorrer.

Novamente segundo a Lei 8.212 de 1991:

Art. 3º A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Parágrafo único. A organização da Previdência Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição;
- b) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo;
- c) cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente;
- d) preservação do valor real dos benefícios;
- e) previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional (BRASIL,1988).

2.4.2. Breve história do seguro social no mundo

O sistema de seguridade social é entendido como sendo a proteção contra riscos ou desventuras que possam acontecer durante a vida do indivíduo, por meio da previdência social, assistência social ou pela saúde. Para efetivação do sistema, são necessários esforços por parte do estado e da sociedade.

Historicamente, o primeiro ato pré-jurídico no âmbito da seguridade social ocorreu a luz do assistencialismo ou caridade, norteados pela assistência pública difundida pela Lei dos Pobres de 1601, da Rainha Elizabeth da Inglaterra (IBRAHIM, 2007).

O segundo ato histórico, foi conhecido pelo caráter mutualista caracterizado pelos próprios trabalhadores que se mobilizavam nas sociedades para prestar socorros mútuos. Em decorrência desses movimentos sociais, o Poder Público passa tomar a responsabilidade pela proteção social e substitui então os esforços dos trabalhadores (IBRAHIM, 2007).

Em 1883, na Alemanha, durante o governo do estadista Otto Von Bismarck, é promulgada a Lei do Seguro Doença, nesta época o estado passava a se responsabilizar pela proteção dos trabalhadores em casos de fatos ocorridos em decorrência dos riscos sociais. Neste importante momento, a noção de seguro deixa de ser direito privado passa a ser entendido como direito público, e chamado seguro social (IBRAHIM, 2007).

É importante ressaltar que o modelo de seguro social de Bismarck abrangia somente uma parte da população, os trabalhadores. Boschetti (2006, p.2), discursa a da Seguridade Social, do seu nascimento, sua forma de contribuição e os segurados:

As primeiras iniciativas de benefícios previdenciários que vieram a constituir a seguridade social no século XX nasceram na Alemanha, no final do século XIX, mais precisamente em 1883, durante o governo do chanceler Otto Von Bismarck, em resposta às greves e pressões dos trabalhadores. O chamado modelo bismarckiano é considerado como um sistema de seguros sociais, porque suas características assemelham-se às de seguros privados: no que se refere aos direitos, os benefícios cobrem principalmente (e às vezes exclusivamente) os trabalhadores, o acesso é condicionado a uma contribuição direta anterior e o montante das prestações é proporcional à contribuição efetuada; quanto ao financiamento, os recursos são provenientes, fundamentalmente, da contribuição direta de empregados e empregadores, baseada na folha de salários; em relação à gestão, teoricamente (e originalmente), cada benefício é organizado em Caixas, que são geridas pelo Estado, com participação dos contribuintes, ou seja, empregadores e empregados. Esse modelo orientou e ainda sustenta muitos benefícios da seguridade social, sobretudo, os benefícios previdenciários (BOSCHETTI, 2006)

Após os acontecimentos citados acima, a primeiro país a reconhecer o seguro social constitucionalmente foi o México em 1917, Em seguida, a Constituição de Weimar (Alemanha) em 1919. A partir do modelo de Bismarck a responsabilidade acerca da proteção social por parte do estado, foi difundida pelo mundo, principalmente no período entre as duas grandes Guerras Mundiais (MARTINEZ, 1998).

Em 1935, surgiu o chamado *Social Security Act*, nos Estados Unidos, onde constituía-se pela primeira vez manifestação à Seguridade Social. Neste ato não eram defendidos todos os conceitos de Seguridade Social, mas sim, somente era defendido a proteção à toda a população no que diz respeito à proteção previdenciária. Percebe-

se nesta época os primeiros moldes de regimes previdenciários sociais que temos nos dias atuais.

Anos mais tarde, o Plano Beveridge é criado na Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial. Este Plano foi uma crítica ao Plano de Bismarck, que ao contrário do plano de Bismarck, o Plano Beveridge era incluído os cidadãos que dele precisasse, assumindo um caráter universal e de maneira incondicional. Garantia-se a todos os indivíduos, o mínimo necessário para sobreviver em momentos de necessidade. Para fazer frente a este direito social, o financiamento era vindo de impostos e a gestão era feita pelo próprio Estado (BOSCHETTI, 2006).

2.4.3. Breve história do seguro social e previdência no Brasil

No Brasil, o conceito de seguro social começa a ser direito legal a partir da Constituição de 1824, no inciso XXXI de seu art. 179, onde se assegurava apenas aos trabalhadores, os direitos dos chamados “Socorros Públicos”. Apesar de não ser verificada a existência de fato do direito constitucional, o direito é de grande importância pelo fato do assunto ser tratado pioneiramente de maneira constitucional no Brasil (NOLASCO, 2016).

Na Constituição de 1891, pela primeira vez é citado o termo “aposentadoria”, em que se dava o referido direito somente aos servidores públicos. Em seu artigo 75, observa-se que a aposentadoria assegurava os trabalhadores públicos somente em caso de invalidez.

Somente em 1923 com o Decreto Legislativo de Eloy Chaves, por meio da criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP), a aposentadoria se estendia também aos ferroviários. O fato é considerado um marco na história da previdência social no Brasil. E além disso, após a Lei de Eloy Chaves foram criadas várias caixas de aposentadorias para atender as mais variadas categorias de trabalhadores (NOLASCO, 2016).

Em 1931, já estavam oficializadas 183 caixas de aposentadorias e de pensões em todo o Brasil, ao lado de outras instituições financeiras privadas, das quais pertenciam: Institutos como o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) e o Instituto de

Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETEC).

Na Constituição de 1934, é reconhecido a forma de tríplice de custeio e proteção ao trabalhador, na qual conhecemos hoje. O custo do direito era repartido entre empregado, empregador e o Estado. Na constituição de 1937, muito embora seja entendida como constituição sem muitas novidades, nesta é assegurado os direitos à Seguros Sociais e Assistência (NOLASCO, 2016).

Segundo Façanha (2015) “No ano 194º, durante o governo de Getúlio Vargas criou-se o Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB), no intuito de integrar as instituições previdenciárias. E em 1960, o Congresso Nacional aprovou Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), unindo vários institutos com caráter previdenciário e passou-se a abranger os empregadores e os autônomos. Contudo, a consolidação desta união somente veio a ser concebida em 1966 com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Em 1963, foi criado o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), a fins de estabelecer direitos e deveres dos empregados e dos produtores rurais. ”

Em 1946, na Constituição, não houve muitas mudanças no tratamento sobre o tema. O fato mais importante foi que deixa-se de usar o termo “Seguro Social” a passa-se a usar o termo “Previdência Social”.

Na constituição de 1967, cria-se o Seguro-desemprego.

Na Constituição Federal brasileira de 1988, ao Estado é responsável pela manutenção do bem-estar dos cidadãos, no sentido de que seja assegurado o mínimo necessário à existência. E por conta disso, a população atendida pela Seguridade Social limita-se a: Previdência Social à quem contribui; Assistência Social à quem dela necessita e; Saúde para todos.

Ainda na Constituição de 1988, resgata-se a semântica do Estado democrático de direito em todo o território nacional, contemplando vários direitos fundamentais e garantias fundamentais aos cidadãos brasileiros.

Entretanto, muito se discute se os direitos garantidos são eficazes, pois atribui-se ao Estado a responsabilidade de garanti-los, porém em muitos casos o estado não possui verbas suficientes para tanto.

É neste contexto em que, com relação aos direitos fundamentais sociais, também chamados de direitos fundamentais de segunda dimensão (dentre os quais se inclui os direitos relativos à Previdência Social) surge a discussão a respeito da eficácia de tais direitos, ou seja, se é possível se exigir do Estado prestações de cunho positivo a fim de que os direitos fundamentais sociais sejam efetivamente garantidos (NOLASCO, 2016)

Nesse contexto, pode-se afirmar que a Previdência Social brasileira é organizada, basicamente, para assegurar aos contribuintes e seus dependentes, somente a manutenção do que é essencial para a vida, e não a manutenção do padrão de consumo dos mesmos.

Para esse amenizar esse fato, a Emenda Constitucional nº20 de 1998, promulgou dentre outros assuntos, os regimes de Previdência Social complementares a fins de ratificar o regime contributivo e limitado da Previdência Social vigente. Nesses regimes não há restrição de qualquer tipo e é facultativo.

A referida limitação da abrangência da proteção da Previdência Social foi reforçada com o advento da Emenda Constitucional n. 20, de 1998, a qual, além de ratificar o regime contributivo e limitado, também tratou de dispor sobre os regimes de Previdência Social complementares, os quais não possuem limite de cobertura e possuem um regime de vinculação facultativa (NOLASCO, 2016).

É de suma importância mencionar que na Emenda Constitucional nº 41 de 2003, promulgou-se maiores benefícios aos servidores públicos através do regime criado exclusivamente aos servidores, o chamado Regime Próprio Dos Servidores Públicos (RPSP).

(...) importante mencionar as mudanças trazidas pela EC n. 41, de 2003, a qual indiscutivelmente trouxe maiores benefícios aos servidores públicos, pois concedeu o direito à aposentadoria integral daqueles que ingressaram no serviço público antes da referida emenda constitucional.

Desta forma, vários foram os ataques à referida emenda, tendo em vista que não existem motivos, sejam de ordem técnica, política ou jurídica, para a diferenciação do Regime Geral de Previdência Social e o Regime Próprio dos Servidores Públicos. (NOLASCO, 2016)

3. PREVIDÊNCIA PÚBLICA E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

3.1. PREVIDÊNCIA PÚBLICA

Nesta sessão será abordada a forma com que a Previdência pública está organizada, sendo descrito o Regime Geral de Previdência Social, suas variadas formas de contribuições e os benefícios assegurados.

3.1.1. Regime Geral de Previdência Social

Primeiramente, deve-se entender que o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) estão, ambos, inseridos nos parâmetros da Previdência Pública. Ou seja, Estado é responsável por dois tipos de regimes de previdência: o RGPS, composto pelos trabalhadores celetistas e; o RPPS, composto pelos servidores públicos.

O Regime Geral, também conhecida como Previdência Oficial, é regida pelo Direito Público em que a principal característica é a adesão obrigatória, todos os trabalhadores formalmente ativos são obrigados a aderir ao Regime Geral.

A finalidade do Regime Geral, não é manter o padrão de vida do segurado, mas sim, manter o mínimo necessário para se viver, tanto o próprio segurado quanto seus dependentes.

São considerados beneficiários da previdência pública os segurados obrigatórios, são eles: empregados, empregados domésticos, contribuinte individual, trabalhador, segurado especial e segurado especial urbano e; são considerados segurados facultativo os maiores de 16 anos que não exerça atividade de vínculo obrigatório, os dependentes dos segurados (filhos até 21 anos não emancipados, filhos inválidos de qualquer idade, pais, irmão não emancipado menor de 21 anos, ou irmão inválido).

Segundo Rezende (2001 p.163), o modelo de previdência estabelecido no Brasil possui caráter de regime de repartição, funcionando como um sistema de “caixa” em que o financiamento do sistema se dá pelas contribuições dos trabalhadores formais que estão em atividade, as quais fazem frente aos pagamentos

das aposentadorias dos trabalhadores inativos. Seguindo o fluxo, esses trabalhadores que contribuem hoje serão os aposentados no futuro, que naquele momento serão financiados pelos trabalhadores em atividade daquele momento. Assim cria-se um descompasso entre as contribuições e os benefícios do trabalhador.

No que se diz respeito ao bom funcionamento do sistema, se faz necessário implementação de formas mais regidas de controle. Isso se justifica pelo fato do sistema de Previdência Pública possuir variáveis demográficas que oscilam ao decorrer do tempo e pelo fato do mercado de trabalho ser um tanto quanto sensível às conjunturas econômicas. Rezende (2001, p.165) justifica que “o problema do regime de repartição é que ele não guarda relação direta entre benefícios e contribuições, ficando ao sabor das flutuações econômicas e das mudanças demográficas”.

Neste contexto, pode-se afirmar que a maneira em que o sistema Previdenciário Público está organizado, não o permite ser autossustentável, como deveria ser. Na teoria, todo o sistema deveria ser financiado pelas contribuições de seus participantes para que não fosse necessária a intervenção do estado.

De acordo com o artigo 195 da Constituição Federal brasileira:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

- a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
- b) a receita ou o faturamento;
- c) o lucro

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201; (BRASIL,1988)

3.1.2. Contribuições por parte do empregado

As contribuições aportadas ao Regime Geral possuem caráter tripartido, onde o empregado, o empregador e o Estado contribuem simultaneamente. Para o empregado ou trabalhador autônomo segue abaixo a tabela contendo os valores e as alíquotas para cada faixa de salário, valores verificados em novembro de 2016:

Quadro 1: Alíquotas por faixa Salarial, trabalhador formal

Tabela para Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso	
Salário de Contribuição (R\$)	Alíquota (%)
Até R\$ 1.556,94	8
De R\$ 1.556,95 a R\$ 2.594,92	9
De R\$ 2.594,93 até R\$ 5.189,82	11

Fonte: MINISTERIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (2016).

E para os contribuintes facultativos, segue tabela abaixo, valores verificados em novembro de 2016.

Quadro 2: Alíquotas por faixa Salarial, trabalhador autônomo

Tabela para Contribuinte Individual e Facultativo		
Salário de Contribuição (R\$)	Alíquota (%)	Valor
R\$ 880,00	5% (exclusivo para Microempreendedor Individual e do Facultativo Baixa Reanda)	R\$ 44,00
R\$ 880,00	11% (Exclusivo para o Plano Simplificado de Previdência)	R\$ 96,80
R\$ 880,00 até R\$ 5.189,82	20%	Entre R\$ 176,00 (salário mínimo) e R\$ 1037,96 (teto)

Fonte: MINISTERIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (2016).

Os valores das tabelas foram extraídos da Portaria Interministerial MTPS/MF Nº 1, de 08 de janeiro de 2016 e terão aplicação sobre as remunerações a partir de 1º de janeiro de 2016.

3.1.3. Contribuições por parte da empresa

Além das contribuições previstas no artigo 195 da Constituição brasileira, também são incididos sobre o faturamento ou receita da empresa, os impostos previstos pela Lei Complementar nº70 de 1991, o COFINS; o PIS, previsto pela lei complementar nº 7 de 1970 e; sob o lucro, incide a Contribuição Social criada pela Lei 7.689 de 1988.

3.2 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

3.2.1 Origens dos Fundos de Pensão

A economia brasileira começara a expandir fortemente a partir dos anos 70, o crescimento do país era redigido pelo Estado, em que atribuía ao Estado, não somente a responsabilidade das funções básicas (infraestrutura, saúde, educação, etc), mas também o papel de empresário, por meio de empresas estatais. Foi neste contexto que começou a surgir os fundos de pensão, no intuito de assegurar a aposentadoria dos servidores públicos (ABRAPP, 2015).

As empresas estatais eram as maiores responsáveis pela modernização da economia brasileira, com isso utilizavam os fundos de pensão como forma política de recursos humanos para atrair e reter talentos. Comitadamente a essa política, o Estado via nos fundos de pensão oportunidade de se formar estoques de capital de longo prazo para financiar o sistema então emergente (ABRAPP, 2015).

Nesta época, começavam a se instalar no Brasil empresas multinacionais que com elas traziam suas culturas dos fundos de pensão de seus países de origem. As maiores empresas brasileiras já se mostravam atentas à necessidade de garantir a aposentadoria dos seus empregados, porém, na época ainda não existia qualquer referência legislativa a respeito dos fundos de pensão. Para suprir tal carência, algumas empresas da época teriam criado fundos contábeis, que funcionavam por

iniciativa voluntária que registravam a responsabilidade do compromisso com os funcionários em seus passivos.

Foi nesse cenário que surgiu a primeira lei que visava regulamentar o funcionamento dos fundos de pensão, a Lei nº 6.435 de 1977, a ela adequou-se os fundos então existentes, entre eles a Previ e a Petros.

A Lei 6.435/77, expressando um preceito constitucional, equiparou as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs (na época eram Entidades Fechadas de Previdência Privada - EFPPs) às instituições de assistência social, um correto entendimento que deu forte impulso à Previdência Complementar por torna-la Tributariamente imune. Os fundos de pensão nasceram, assim, com imunidade tributária amparada na Constituição, pois não possuíam finalidades lucrativas, mostravam contabilmente transparentes e investiam exclusivamente em ativos localizados no Brasil (ABRAPP, 2015).

A mesma lei deu origem às Entidades Abertas de Previdência Privada, com fins lucrativos, distinguindo a Previdência Complementar em dois segmentos, um aberto e outro fechado.

As Entidades Abertas de Previdência Privada eram representadas pela Associação Nacional de Previdência Privada - Anapp. E para representar o segmento fechado da Previdência Complementar, em 1978 criou-se a Associação Brasileira das Entidades de Previdência Complementar - ABRAPP .

Na década de 80, o então Secretário da Previdência Complementar Ary Carvalho Alcantara revogou o parágrafo 3º do artigo 39 da Lei 6.435/77, onde se assegurava a imunidade tributária dos fundos de Pensão. Após algumas tentativas frustradas, a constituição de 1988 não restabeleceu a imunidade tributária. Somente no final de 2004, com a Lei 11.053/04, onde se permitia que o Brasil ingressasse no elenco de países que tinham a mais avançada legislação tributária no ramo da Previdência Complementar, que não só significou o fim das tributações nas fases iniciais da formação de reservas dos participantes, como também possibilitou a escolha pelo regime regressivo de tributação incentivando assim as reservas previdenciárias de longo prazo.

Em 2005, criou-se a PREVIC.

Em 2005, a medida provisória 233 traduz o melhor da experiência internacional ao criar uma agência destinada a fiscalizar, supervisionar e fomentar a Previdência Complementar, a PREVIC, dotando-a de recursos humanos e materiais, ao lado da necessária autonomia orçamentária, para desempenhar com competência e profissionalismo a importante missão que lhe foi destinada. Os últimos anos viram formarem-se, assim, as condições para o desenvolvimento do sistema de fundo de pensão em bases mais sólidas e seguras. (ABRAPP, 2015)

3.2.2. Tipos de previdência complementar: Entidades Fechadas e Abertas

No Brasil, o sistema previdenciário é dividido em três segmentos: A Previdência Pública, organizada pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) onde inclui todos os contribuintes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); o Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), organizados para atender aos servidores públicos (concursados); e a Previdência Complementar, um benefício facultativo que proporciona ao trabalhador um seguro adicional quando se aposentar, no qual será tratado neste capítulo.

No Brasil, existem dois regimes de previdência privada, existem os conhecidos fundos de pensão, que abrangem somente os trabalhadores de uma certa empresa ou a um conjunto de empresas, onde os serviços prestados são mais restritos, somente os empregados das tais empresas podem aderir ao(s) plano(s) oferecidos pela Entidade, essas entidades são denominadas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs). O outro regime de previdência é mais acessível ao público em geral estão disponíveis para qualquer pessoa que desejar um plano de previdência, esse serviço pode ser oferecido por bancos comerciais e seguradoras. Essas são chamadas de Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPCs) (PINHEIRO, 2007 p.40) .

Como já mencionado, atualmente existem dois tipos de entidades de Previdência Complementar, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) e as Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPCs).

3.2.1 Entidades Fechadas de Previdência Complementar

De acordo com a Lei Complementar 109/2001, as Entidades Fechadas estão redigidas sob lei como sendo fundação ou sociedade civil sem fins lucrativos, com acessibilidade exclusiva a um grupo específico, conforme o Art. 31:

Art. 31. As entidades fechadas são aquelas acessíveis, na forma regulamentada pelo órgão regulador e fiscalizador, exclusivamente:

I - aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entes denominados patrocinadores; e

II - aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores.

§ 1º As entidades fechadas organizar-se-ão sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos (BRASIL, 1998)

Sendo assim, esta, é direcionada a apenas uma parte dos trabalhadores, os que possuem vínculo empregatício com as patrocinadoras do Plano de Benefício.

Segundo Pinheiro (2007, p.36),

“As EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) são organizadas sob a forma de fundação ou sociedade civil e encontram-se agora acessíveis aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (patrocinadores) ou aos associados de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial (instituidores).”

As EFPCs estavam organizadas como fundações ou sociedades civis, eram iguais às entidades assistenciais e integravam o Sistema Oficial de Previdência Social, cujo órgão responsável pela normatização era o Conselho de Previdência Complementar e cujo órgão fiscalizador era a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que posteriormente em março de 2010 a SPC foi substituída pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), conforme DECRETO Nº 7.123.

Art. 2º Ao CNPC, colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Previdência Social, cabe exercer a função de órgão regulador do regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Art. 3º À CRPC, órgão recursal colegiado no âmbito do Ministério da Previdência Social, compete apreciar e julgar, encerrando a instância administrativa, os recursos interpostos contra decisão da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc:

I - sobre a conclusão dos relatórios finais dos processos administrativos iniciados por lavratura de auto de infração ou instauração de inquérito, com a finalidade de apurar responsabilidade de pessoa física ou jurídica, e sobre a aplicação das penalidades cabíveis; e

II - sobre as impugnações referentes aos lançamentos tributários da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - Tafic. (BRASIL, 1998)

Os planos de benefícios que uma EFPC pode oferecer, são: Benefício Definido (BD), Contribuição Definida (CD) e Contribuição Variável (CV), os quais serão tratados posteriormente neste trabalho.

Dentre outras características, a que mais se difere as Entidades Fechadas de Previdência Complementar das entidades abertas é o fato de não ter fins lucrativos, que no caso das Entidades Abertas, na maioria dos casos, senão em todos, possuem fins lucrativos.

3.2.2 Entidades Abertas de Previdência Complementar

As Entidades Abertas de Previdência Complementar, são organizadas na forma de sociedades anônimas e seguradoras e compõem o Sistema Nacional de Seguros Privados, cujo órgão normativo é a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). As EAPCs são destinadas a pessoas que desejam obter um plano de previdência, não possui restrições ao aderir ao(s) plano(s), não possuem exigências a não ser os aportes regulares para fazerem frente às contribuições ao plano de benefícios (PINHEIRO, 2007 p.33)

As EAPC, igualmente aos fundos de pensão, estão redigidas sob a Lei Complementar 109/2001, onde se define os participantes que podem aderir ao plano de benefícios oferecidos, sejam de caráter individual ou coletivo:

Art. 26. Os planos de benefícios instituídos por entidades abertas poderão ser:

I - individuais, quando acessíveis a quaisquer pessoas físicas; ou

II - coletivos, quando tenham por objetivo garantir benefícios previdenciários a pessoas físicas vinculadas, direta ou indiretamente, a uma pessoa jurídica contratante. (BRASIL, 2001)

De acordo com Pinheiro (2007, p.35), “As EAPC (Entidades Abertas de Previdência Complementar) agora são constituídas unicamente na forma de sociedades anônimas – com exceção das sociedades seguradoras autorizadas a operar exclusivamente no ramo vida –, que instituem planos de benefícios individuais, quando acessíveis a quaisquer pessoas físicas, ou planos de benefícios coletivos, quando garantem benefícios previdenciários a pessoas físicas vinculadas, direta ou indiretamente, a uma pessoa jurídica contratante. ”

As EAPC, podem oferecer os planos de benefícios: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) que serão tratados posteriormente neste trabalho.

Em suma, segue abaixo o quadro apontando as principais diferenças entre uma Entidade Aberta de Previdência Complementar e uma Entidade Fechada de Previdência Complementar:

Quadro 3: Diferenças Entre Entidades Fechadas e Abertas

Entidade Fechada (fundos de pensão)	Entidade Aberta (bancos e seguradoras)
Entidade sem fins lucrativos	Entidade com fins lucrativos
Organizadas por empresas e entidades associativas na forma de fundação/sociedade civil	Organizadas por instituições financeiras e seguradoras na forma de sociedade anônima
Fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)	Fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)
Menores taxas de administração	Maiores taxas de administração (incidentes sobre o saldo de conta - base de cálculo do benefício)
Autonomia na escolha das instituições financeiras	Vinculação a uma única entidade financeira

Governança Corporativa - Conselhos Deliberativo e Fiscal composto por participantes indicados pelo patrocinador e eleitos pelos próprios participantes	Não existe a participação do associado no processo de gestão
--	--

Fonte: Infraprev (2015)

3.2.3. Tipos de Planos de Benefícios de Previdência Complementar no Brasil

No Brasil, as Entidades de Previdência Complementar oferecem aos seus participantes três modalidades de Planos de Benefícios, são eles: Benefício Definido (plano BD), Contribuição Definida (plano CD) e Contribuição Variável (Plano CV), este último é mais comum em Entidades Abertas enquanto os dois primeiros são mais encontrados em Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Cada um dos planos possui características peculiares das quais impactam diretamente as patrocinadoras e os participantes, possuem suas vantagens e desvantagens para ambos.

A Resolução CGPC nº 16/05, formaliza essa classificação dos planos de benefícios existentes no Brasil:

Art. 2º Entende-se por plano de benefício de caráter previdenciário na modalidade de benefício definido aquele cujos benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Parágrafo único: Não será considerado para fins da classificação de que trata o caput o benefício adicional ou acréscimo do valor de benefício decorrente de contribuições eventuais ou facultativas.

Art. 3º Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Art. 4º Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável aquele cujos benefícios programados apresentem a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido (BRASIL, 1988)

Segundo Chan, Silva e Martins (2010) na legislação brasileira que dispõe sobre as EFPC, não se tinha uma definição clara a respeito dos planos de benefícios, até que em novembro de 2005 através da Resolução CGPC nº 16 que se faz necessária

em função da promulgação da Lei 11.053 de dezembro de 2004 e alterada para Lei 11.196 de novembro de 2005 no que diz respeito a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário, concedendo somente aos planos CD e CV a possibilidade de opção pelo regime de tributação progressivo ou regressivo.

3.2.4. Plano Benefício Definido

O Plano BD, possui como principal característica, que o diferencia dos outros planos, o fato de ser um plano mutualista. Isso significa que não existe uma conta previdenciária para cada participante, pelo contrário, todos os participantes contribuem para o Plano como um todo e cabe a Entidade, por meios de cálculos atuariais, a responsabilidade de administrar o plano.

No cálculo do benefício no plano BD é levando em consideração fatores como: tempo de serviço, idade, salário, grupo familiar, número de dependentes, etc. Fatores estes que são a base de cálculo do benefício e das contribuições. No BD, já é sabido desde o início das contribuições, o valor do benefício que o participante vai adquirir no momento da aposentadoria, comumente, o valor do benefício no plano BD é integrado ao valor do benefício de aposentadoria pago pelo regime geral da previdência social (INSS). Justamente esse detalhe que se dá o nome desse plano, Benefício Definido. O benefício auferido pelo aposentado é de caráter vitalício estendendo até o último dependente cadastrado no plano.

O plano é mantido através de contribuições aportadas mensalmente pela patrocinadora e pelos participantes, de forma que, usualmente, é repartido em duas partes pagas pela patrocinadora e uma paga pelo participante. Dessa forma, no BD, o esforço do participante enquanto trabalhador para adquirir uma aposentadoria complementar torna-se menor do que nos outros planos.

Para que o plano possa fazer frente às responsabilidades referentes aos pagamentos dos benefícios, A EFPC complementar é responsável por gerir os recursos aportados pelos participantes e pela patrocinadora, aplicando os mesmos de maneira que garanta os recursos futuros necessários para pagar os benefícios dos futuros aposentados.

Por se tratar de um plano mutualista, imputa-se um desafio maior ao passo que se garante ao participante um determinado benefício sem se ter a certeza quanto ao futuro. Pinheiro (2007) discorre a respeito de tal desafio, como segue:

Essa característica do plano de benefício definido introduz grau de complexidade na estruturação desses planos, na medida em que se assegura um valor final de benefício independente das oscilações nas hipóteses demográficas e econômicas escolhidas, e incidentes sobre o regime de capitalização, implicando em aumentos ou reduções na taxa de contribuição dentro do custeio do plano. (PINHEIRO, 2007 p.84)

Se por acaso os investimentos apresentarem um bom desempenho de maneira que se consiga fazer frente ao passivo atuarial, o plano se apresentará equilibrado atuarialmente. Porém, se os retornos financeiros forem superiores ao passivo atuarial, ou seja, tem-se mais recursos do que responsabilidades atuarias, o plano estará superavitário. Por outro lado, o inverso também é verdadeiro, se caso os investimentos não apresentem os retornos esperados ao longo dos anos e não havendo meio de realizar os pagamentos dos benefícios assegurados inicialmente, o plano ficará deficitário e necessitará de medidas para recompor a saúde do mesmo.

Tanto para plano superavitário como para plano deficitário, cabe ao conselho deliberativo, tomar uma decisão quanto ao futuro do plano.

Em caso de déficit:

A decisão sobre a forma com que será equacionado o déficit deve ser tomada pelo conselho deliberativo, com a assessoria do atuário. Devem ser verificadas as causas que tenham dado origem ao déficit, em especial se essas se qualificam como conjunturais ou estruturais. Em se tratando de causas estruturais, sem prejuízo ao imediato equacionamento, cabe à entidade, com a assessoria do atuário, formular e executar ações que neutralizem o fator de desequilíbrio verificado. (PREVIC, 2012 p.30)

Segundo a Resolução CNPC nº14 de fevereiro de 2014, o déficit do plano deve ser repartido entre os participantes ativos e assistidos e pela patrocinadora.

Art.29. O resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que for apurado o resultado, estabelecendo-se os montantes de cobertura atribuíveis aos patrocinadores, de um lado, e aos participantes e assistidos, de outro, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefícios administrado pela EFPC (BRASIL, 2014)

E em caso de superávit, os recursos adicionais apurados atuarialmente, poderão resultar em: i) uma diminuição do valor das contribuições, ou ii) um aumento do valor dos benefícios dos participantes, iii) em uma reserva para garantir os pagamentos dos benefícios no futuro, chamada Reserva de Contingencia, dentre outras formas de destinação.

A Resolução propõe então, que seja, nos casos de superávits, constituída: (i) uma reserva de contingência de 25% das obrigações presentes e futuras de pagamento dos benefícios, numa espécie de colchão de liquidez/proteção para garantir as aposentadorias das flutuações do mercado; (ii) seja trocada a tábua de vida para a AT-2000, mais longa em quatro anos, a partir da idade de aposentadoria, que a utilizada de forma geral pelos planos de benefícios (AT-83); (iii) seja utilizada a taxa de juros de 5,00% ao invés de 6,00%, (iv) que o plano não tenha dívidas, ou seja, não faz sentido, destinar superávit sendo que o plano ainda possui dívidas, e (vi) que o plano de benefícios não possua desenquadramento das aplicações financeiras, uma vez que os limites máximos de aplicação e diversificação estabelecem a faixa de risco ao qual o plano estabelece sua política de investimentos. (PENA, 2008)

3.2.5. Plano Contribuição Definida

Conforme já apontado no capítulo anterior, pelo fato do plano Benefício Definido ser mutualista, implicava em uma maior responsabilidade por parte da patrocinadora para fazer frente aos benefícios contratados pelos participantes, uma vez que a patrocinadora assumia os custos de eventuais déficits que poderiam ocorrer no plano. E para diminuir os riscos da patrocinadora, criou-se uma nova modalidade de plano de previdência complementar, o Plano Contribuição Definida.

Ao contrário do plano BD, o plano Contribuição Definida possui uma conta previdenciária para cada participante, ou seja, o plano não é mutualista e possui um caráter individualista. Tornando o Plano CD mais simples e de mais fácil administrabilidade que o Plano BD.

Os planos de contribuição definida são mais simples e diretos. Constituem modalidade de planos nos quais, cada período, os empregados e a empresa fazem contribuições numa determinada quantia, que é contabilizada numa conta individual de aposentadoria, juntamente com os rendimentos das aplicações financeiras (PINHEIRO. 2007 p.85)

Cada participante ao aderir ao plano CD, passa a contribuir mensalmente de acordo com o seu salário em sua conta previdenciária e a patrocinadora, usualmente,

contribui com parcela de igual valor na conta do participante. Diferentemente do Plano BD, onde a patrocinadora contribui com o dobro da parcela do participante.

O valor das contribuições, no plano CD, é definido em contrato logo na adesão ao plano como sendo uma porcentagem do salário do participante. Ou seja, define-se o valor que o participante está disposto a contribuir ao plano, diferentemente do plano BD onde o que é definido é o valor do benefício que o participante vai receber quando se aposentar. Justamente este fator que se dá o nome a essa modalidade de benefício, Contribuição Definida.

Os recursos aportados pelo participante e pela patrocinadora na conta previdenciária do participante são aplicados em diferentes formas de investimento de acordo com o perfil de investimento de cada participante. Usualmente é oferecido perfis de investimento que os participantes podem optar, variando desde perfis mais conservadores onde os recursos são aplicados em títulos de pouco risco, títulos de renda fixa, por exemplo, até um perfil mais arriscado, onde até 49% dos recursos da conta do participante é aplicado em títulos de renda variável.

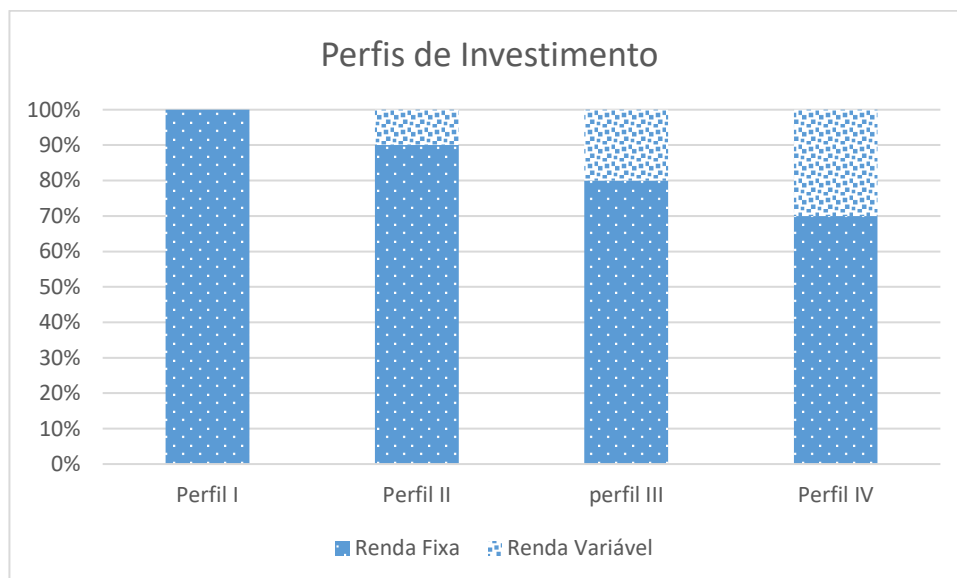
O primeiro perfil é o soberano, em que os investimentos são exclusivamente em títulos de emissão e créditos securitizados do Tesouro Nacional, um exemplo é a composição do fundo de investimento por 100% em títulos públicos federais. O segundo perfil é de renda fixa, com a mesma aplicação do plano soberano, mas acrescido de investimentos de renda fixa, nas modalidades dentro dos critérios de diversificação admitidos pela regulamentação vigente, como de composição entre 70 a 100% em títulos públicos federais e 0 a 30% em renda fixa. E por fim, o perfil composto que abrange demais modalidades, limitando os investimentos em renda variável a 49% do patrimônio líquido do fundo de investimentos, por exemplo, de constituição entre 0 a 100% em títulos públicos federais, 0 a 49% em renda variável, e 0 a 80% em renda fixa (PINHEIRO, 2007 p.87).

De acordo com essa argumentação, a aplicação dos recursos é dividida de acordo com o perfil de investimento escolhido pelo participante, onde o risco é a principal variável considerada para determinação do mesmo.

Essa segmentação das aplicações dos recursos, usualmente são praticados de maneira análoga à descrita por acima, no entanto utiliza-se: no perfil I 100% dos recursos aplicados em ativos mais seguros e menos rentáveis; no perfil II até 10% dos recursos podem ser aplicados em ativos mais arriscados e 90% em ativos mais seguros; no Perfil III essas proporções mudam para 20% e 80%; e no Perfil IV os recursos são alocados em até 30% em ativo arriscados e 70% em ativos

conservadores. No gráfico abaixo, segue uma demonstração das possibilidades de aplicação dos recursos aportados pelos participantes e pela patrocinadora.

Gráfico 1: Percentuais de Perfis de Investimento



Fonte: Pinheiro (2007)

No momento em que o participante possui os pré-requisitos regulamentares para se aposentar, o benefício pode ser solicitado na forma de Pagamento Único, onde todo o Saldo de Conta Previdencial é pago ao participante em uma só parcela, pagamentos anuais ou pagamentos mensais. De maneira que o participante tem a garantia de que todo o saldo acumulado será pago a ele ou aos seus dependentes legais.

Os pagamentos mensais de aposentadoria do plano CD são bem mais simplificados e mais diretos do que no Plano BD, é meramente um cálculo da porcentagem do Saldo de Conta do participante onde o cálculo pode ser expresso em:

$$\text{Benefício}_{\text{Plano CD}} = g (\text{Saldo de Conta}) \quad (1)$$

Onde:

Benefício: valor a ser pago mensalmente para o participante

Saldo de Conta: total acumulado na conta individual do participante

g: percentual incidente no saldo de conta

Podendo o participante tornar a renda de aposentadoria em uma renda vitalícia, basta o participante escolher um percentual de pagamento mensal abaixo do percentual de rendimento do perfil de investimento escolhido.

De acordo com a Lei Complementar 109 de maio de 2001 revogou a antiga lei 6.435/77 e introduziu novos institutos ao plano de previdência complementar, são eles: direito a “portabilidade”, ao “Benefício Proporcional Diferido (BPD)”, ao “Resgate” das contribuições e ao “autopatrocínio”.

Art. 14. Os planos de benefícios deverão prever os seguintes institutos, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador:

I - benefício proporcional diferido, em razão da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador ou associativo com o instituidor antes da aquisição do direito ao benefício pleno, a ser concedido quando cumpridos os requisitos de elegibilidade;

II - portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano;

III - resgate da totalidade das contribuições vertidas ao plano pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo, na forma regulamentada (BRASIL, 2001).

Uma das vantagens do plano CD em relação ao Plano BD, é que o plano Contribuição Definida dá ao participante maior autonomia quanto ao destino do seu Saldo de Conta, conforme os institutos apontados pela lei acima. Caso o participante perca o vínculo empregatício com a patrocinadora, o mesmo ainda pode optar por se manter no plano de benefício escolhendo um dos institutos assegurados pela lei.

3.2.6. Plano Contribuição Variável

O plano Contribuição variável, também conhecido como “plano misto”, basicamente é uma mescla dos planos CD e BD, onde o participante contribui de maneira semelhante ao plano CD e no momento da aposentadoria o Saldo de Conta individual do participante é convertido em um benefício vitalício.

Os planos mistos podem conter elementos dos planos de benefício definido de contribuição definida tanto na fase contributiva, quanto na etapa de recebimento dos benefícios. Assim pode-se ter um plano de contribuição definida na fase contributiva, em que o saldo acumulado na conta individual do participante seja convertido num benefício vitalício, na data de sua aposentadoria, e o risco demográfico é assumido pelo empregador (PINHEIRO, 2007 p. 89)

4.IMPORTANCIA DA PREVENÇÃO DA SITUAÇÃO PREVIDENCIARIA FINANCEIRA DO FUTURO APOSENTADO

4.1 ARRECADAÇÃO E O PASSIVO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Para se entender de fato, a importância do trabalhador se precaver quanto à sua previdência, toma-se primeiramente uma breve análise da situação do Regime Geral de Previdência Social, suas formas de arrecadação, seus benefícios dos aposentados e uma breve demonstração do resultado primário do RGPS, para que se entenda a dimensão da situação da Previdência Pública do Brasil.

Antes de prosseguir com a análise, é de suma importância que seja sabido que o RGPS funciona como um regime de caixa, ou seja, os contribuintes (pessoa economicamente ativa, empresas e o governo) financiam os pagamentos dos benefícios para os atuais aposentados. Dessa forma o equilíbrio do sistema previdenciário brasileiro está diretamente relacionado com o número de contribuintes.

4.1.1 Arrecadação

Para que o governo tenha recursos para realizar os pagamentos dos aposentados é necessário que todos os indivíduos e empresas inseridas no sistema contribuam para bem mútuo seja viável. Por haver diferentes alíquotas e diferentes classes de contribuintes é necessário um controle bastante robusto por parte do governo.

4.1.1.1. Contribuintes Pessoa Física

Os contribuintes Pessoa Física são definidos pelo Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, como os empregados, inclusive domésticos, trabalhadores avulsos, contribuintes individuais, segurados especiais e facultativos.

Contribuem para o RGPS os trabalhadores contratados sob o regime da CLT, constituídos principalmente pelo empregado, aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural a empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado; e pelo trabalhador avulso, aquele que presta a uma ou mais empresas, sem vínculo empregatício, serviços de natureza urbana ou rural com intermediação de sindicatos ou de órgãos gestores de mão de obra

(normalmente portuários) (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2014)

Os dados da base são colhidos em diversos instrumentos, tais como: Programa de Integração Social – PIS; Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP; Relação Anual de Informações Sociais – RAIS; Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED; Guia da Previdência Social – GPS e Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, dentre outros (AEPS, 2014).

As alíquotas que são a base de cálculo das contribuições para a previdência social da população economicamente ativa são definidas segundo o quadro a seguir:

Quadro 4: Alíquotas por faixa Salarial dos Trabalhadores

LEGISLAÇÃO	EMPREGADO, INCLUSIVE O DOMÉSTICO	OBSERVAÇÕES
Portaria Interministerial nº19, de 10/01/2014.	8,00% até R\$ 1.317,07 9,00% de R\$ 1.317,08 até R\$ 2.195,12 11,00% de R\$ 2.195,13 até R\$ 4.390,24	– Valores atualizados com base no art. 198 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99, e na Portaria Interministerial nº 19, de 10/01/2014 - Anexo II. Obs.: Tabela vigente a partir da competência 1/2014.

Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2014
Elaborado pelo autor

4.1.1.2. Contribuintes Pessoa Jurídica

Já as alíquotas que regem as contribuições ao regime de previdência social por parte das pessoas jurídicas, é um pouco mais complexo do que as pessoas físicas. Cada tipo de empresa ou empresário recebe uma alíquota específica. Antes de apresentar as alíquotas deve-se definir quem são os contribuintes pessoa Jurídica.

Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência Social (2014) pessoas jurídicas ou empresas são:

...empresário ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional. Equipara-se a empresa, para fins previdenciários, o contribuinte individual em relação ao segurado que lhe presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou a entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreiras estrangeiras” (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2014).

Segue abaixo o quadro contendo as alíquotas para cada classe de empresas definidas pelo CNIS:

Quadro 5: Alíquotas por classe de Empresas

TIPO DE CONTRIBUINTE	ALÍQUOTA
Empresas em geral, exceto financeiras	<p>– 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhes prestem serviços.</p> <p>– 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhes prestem serviços, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de março de 2000;</p> <p>– 15% (quinze por cento) sobre o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços, relativamente aos serviços que lhes são prestados por cooperados, por intermédio de cooperativas de trabalho, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de março de 2000.</p> <p>– 1%, 2% ou 3% (um, dois ou três por cento) incidentes sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhes prestem serviços, para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau</p>

	<p>de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho. Tal variação decorre de enquadramento da empresa em cuja atividade preponderante o risco de acidente do trabalho seja considerado, respectivamente, leve, médio ou grave;</p> <p>– as alíquotas de 1%, 2%, ou 3% poderão ser reduzidas em até 50% ou aumentadas em até 100%, conforme dispõe o regulamento, em razão do desempenho da empresa em relação à respectiva atividade econômica;</p> <p>– as alíquotas de 1%, 2%, ou 3% são acrescidas de 6%, 9% e 12%, se a atividade exercida pelo segurado ensejar a concessão de aposentadoria especial após, respectivamente, 15, 20 ou 25 anos de contribuição, para fatos geradores ocorridos a partir de 1 de março de 2.000. Tal acréscimo incide exclusivamente sobre a remuneração do segurado sob exposição a agentes nocivos prejudiciais à sua saúde e a sua integridade física.</p>
Empresas Financeiras	<p>– 22,5% sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas aos seus empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviço. Demais alíquotas idênticas às das empresas em geral.</p>
Associação esportiva que mantém equipe de futebol profissional	<p>– 5% da receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos de que participem em todo território nacional em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, e de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e de transmissão de espetáculos desportivos;</p> <p>– 20% sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços;</p>

	<ul style="list-style-type: none"> – 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho.
Produtor rural pessoa jurídica	<ul style="list-style-type: none"> – 2,5% sobre o total da receita bruta proveniente da comercialização da produção rural; – 0,1% sobre o total da receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, para financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho.
Agroindústria, exceto sociedades cooperativas e as agroindústrias de piscicultura, carcinicultura, suinocultura e avicultura	<ul style="list-style-type: none"> – 2,5% sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção – 0,1% sobre o total da receita bruta proveniente da comercialização da produção, para financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho.
Produtor rural pessoa física e Segurado Especial	<ul style="list-style-type: none"> – 2% sobre o total da receita bruta proveniente da comercialização da produção rural; – 0,1% sobre o total da receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, para financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho.
Empregador Doméstico	<ul style="list-style-type: none"> – 12% do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço.

Microempreendedor Individual - MEI	– 3% sobre a remuneração do trabalhador a serviço da empresa, limitado a um salário mínimo ou o piso da categoria.
------------------------------------	--

Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (2014)

Além das contribuições das instituições e das pessoas economicamente ativas, a previdência social também conta com as contribuições sociais previstas pela legislação brasileira:

Quadro 4: Contribuições Vinculadas à Previdência Pública

Constituem contribuições sociais:	
a)	Dos Orçamentos Fiscais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
b)	Contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários dos trabalhadores, de responsabilidade dos trabalhadores e das empresas, e a contribuição das empresas sobre o faturamento (comercialização de produtos rurais, receitas de eventos desportivos, percentual do SIMPLES
c)	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS;
d)	Contribuição Social Sobre o Lucro – CSLL;
e)	Contribuição sobre a Renda Líquida de Concursos de Prognósticos e sobre a Renda Líquida da Loteria Federal Instantânea;
f)	Contribuição Sobre a Movimentação Financeira – CPMF

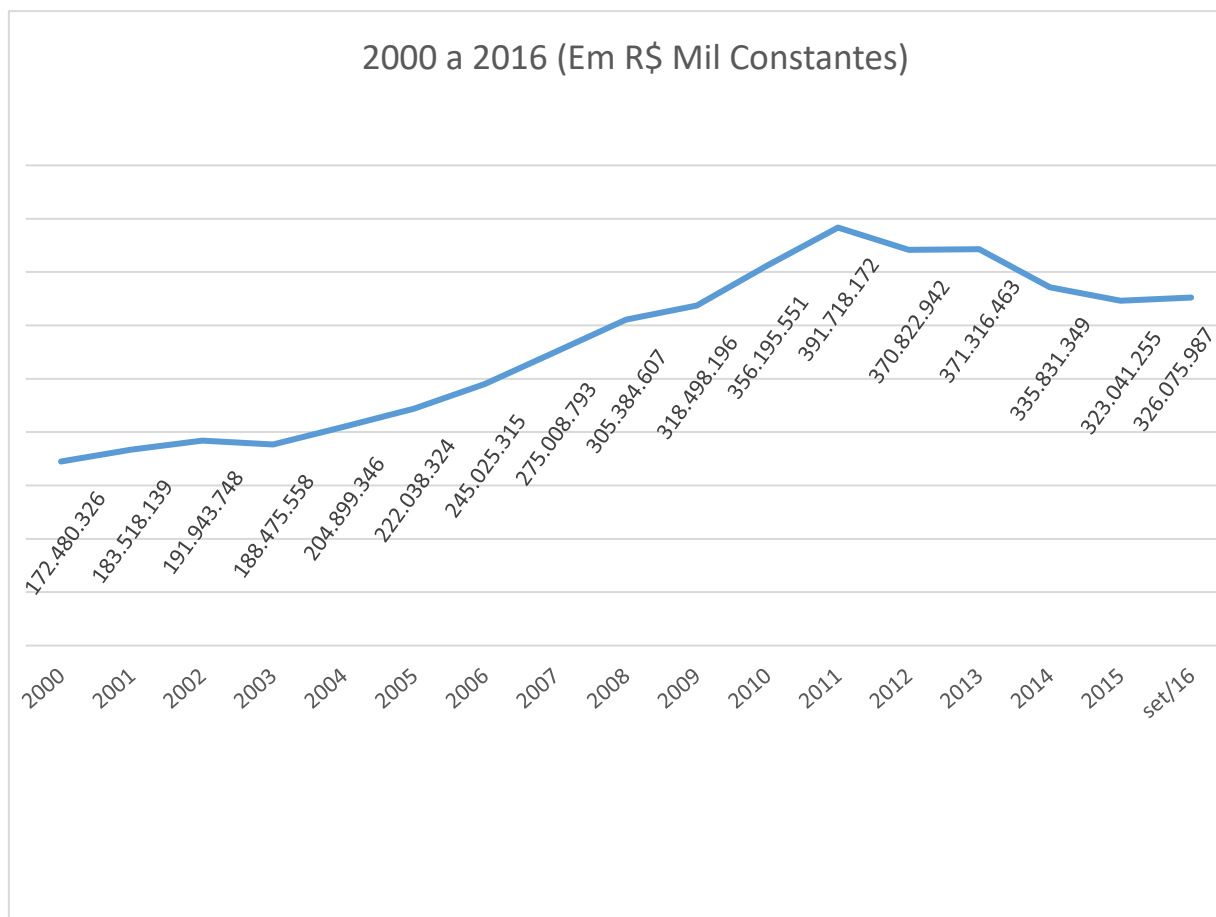
Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (2014)

Definido quem são os contribuintes e suas respectivas alíquotas pode-se avançar na análise, adentrando na série histórica da arrecadação da previdência pública brasileira.

4.1.1.3 Série Histórica da Arrecadação

Na evolução da série histórica da arrecadação, segundo o Boletim Estatístico da Previdência Social (2016), onde os valores estão apresentados a preços de setembro de 2016, apresentam o total arrecadado pelas diferentes formas contribuídas, conforme verifica-se no gráfico a seguir:

Gráfico 2: Evolução Anual Do Valor Arrecadado Pela Previdência Social



FONTE: DATAPREV, SINTESE (2016)

Valores expressos em reais constantes, atualizados pelo INPC mensal, a preços de Setembro de 2016.

Verifica-se que houve uma ascensão nas contribuições até o ano de 2011, saindo do patamar R\$ 172 bilhões arrecadado em 2000 e alcançando R\$ 391 bilhões em 2011, um aumento de 127,11%. Entretanto o comportamento da série muda a partir do ano 2011, registrando uma queda significativa da arrecadação em 2015, R\$ 323 bilhões, queda de 17,53%. Apesar de ter-se registrado um crescimento da população brasileira.

4.1.3. Passivo do Regime Geral de Previdência Social

A responsabilidade de pagamentos referentes à proteção social pública vai além dos pagamentos destinados à previdência, abrangendo a assistência social e a assistência à saúde. Tornando-se assim, maiores compromissos financeiros de

proteção social por parte do governo. De todo modo, foi abordado nesse capítulo apenas as reponsabilidades do Regime Geral de Previdência Social. Apontando quem são os beneficiários, os valores das aposentadorias e pensões, bem como um breve histórico das concessões de benefício no Brasil.

4.1.3.1. Quem são os Beneficiários do RGPS

Os benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, na maioria das vezes, dependem do tempo contribuído. Abrangem as aposentadorias, as pensões por morte, os auxílios, salário-família e o salário-maternidade (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2014).

As aposentadorias são aportes mensais vitalícios pagos aos segurados, realizados por motivo de tempo de contribuição, idade, invalidez permanente ou trabalho exercido sob condições especiais que de certa forma prejudicaram a saúde ou a integridade física do mesmo.

As pensões por morte são pagamentos realizados ao(s) dependente(s) do segurado, aposentado ou não, que falece. O benefício do aposentado é transformado em pensão para os dependentes legais.

Os auxílios previdenciários são classificados em auxílio-doença, auxílio-reclusão e auxílio-acidente.

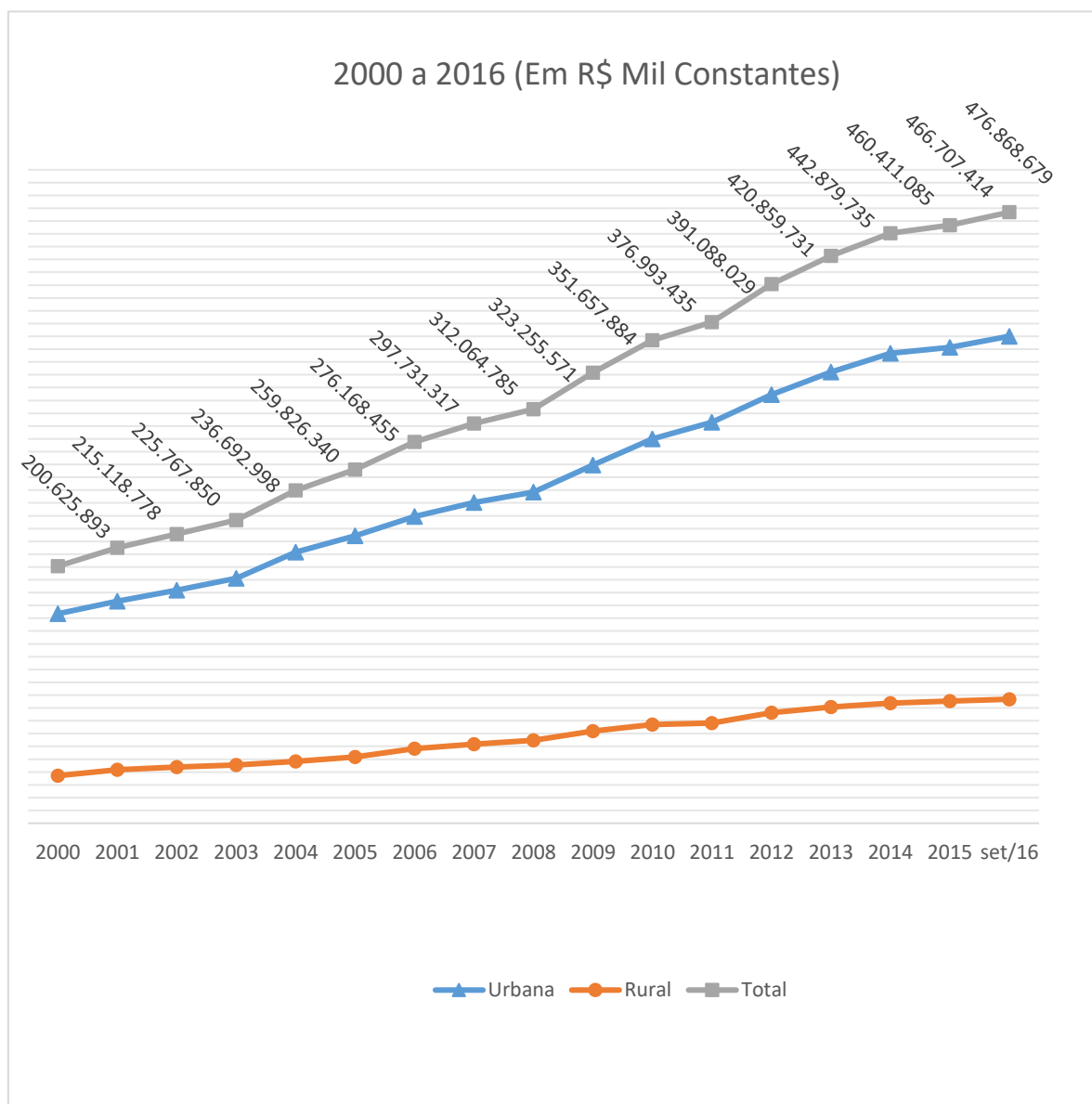
O salário-família é devido ao segurado empregado, exceto o doméstico, e ao trabalhador avulso, tanto na condição de ativo como na de aposentado. O valor é cotado em R\$ 35,00 por filho ou equiparado.

O salário-maternidade é pago a todas as seguradas da Previdência Social durante 28 (vinte e oito) dias antes do parto e 91 (noventa e um) dias depois, realizado pelo INSS no caso das seguradas trabalhadora avulsa, empregada doméstica, contribuinte individual, especial e facultativa (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2014).

4.1.3.2. Série Histórica dos Benefícios Concedidos

Pode-se observar no gráfico abaixo que a série histórica do valor acumulado de Benefícios Emitidos só vem crescendo nos últimos anos, havendo um descompasso entre os recursos arrecadados e os compromissos do Regime Geral de Previdência Social. Tanto os benefícios urbanos quanto os benefícios rurais apresentaram tendência crescente no gráfico abaixo.

Gráfico 3: Evolução Do Valor Acumulado De Benefícios Emitidos



FONTE: DATAPREV, SÍNTESE (2016)

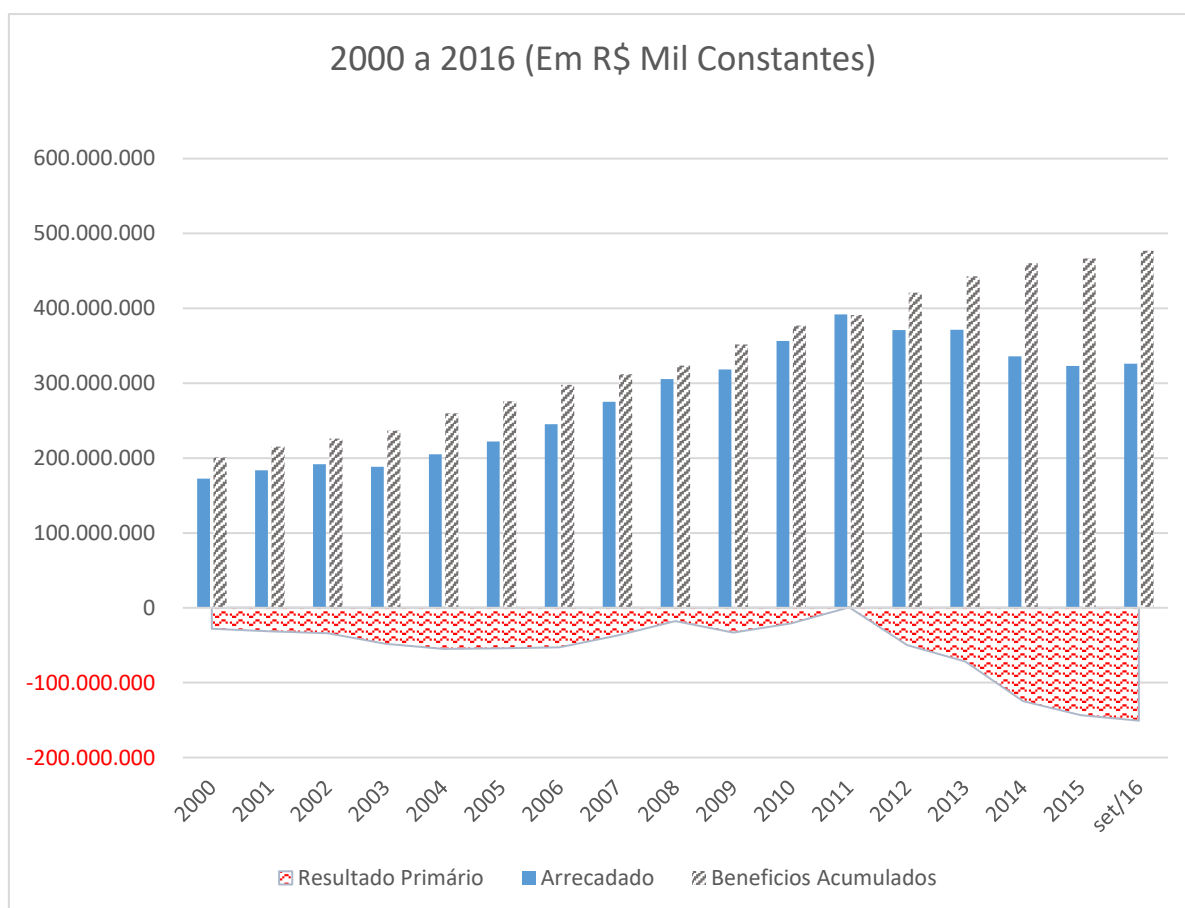
Valores expressos em reais constantes, atualizados pelo INPC mensal, a preços de Setembro de 2016.

De acordo com o gráfico, verifica-se que o Valor Acumulado dos Benefícios Emitidos, ou seja, os compromissos a serem pagos vem crescendo ao longo dos últimos anos, tanto na área rural quanto na área urbana.

4.1.3.3. Resultado Primário do RGPS – Série Histórica

Fazendo uma comparação entre os valores arrecadados e os valores de benefícios concedidos acumulados, pode-se inferir o resultado prévio do resultado primário do Regime Geral de Previdência Social. Percebe-se, no gráfico abaixo que em quase todos os anos do período analisado, de 2000 a 2015 e parcialmente 2016, o resultado primário mostrou-se deficitário.

Gráfico 4: Resultado Primário do RGPS



FONTE: DATAPREV, SINTESE (2016)

Com exceção do ano de 2011, o qual teve um superávit quase irrelevante de R\$ 630.1 milhões, todos os outros anos apresentaram resultados preocupantes.

Pode-se enfatizar o período de 2011 em diante, porque o déficit mostra-se uma tendência crescente do déficit, chegando a alcançar R\$ 143.666,1 bilhões em 2015.

4.1.3.4. Fluxo de Caixa do INSS 2015 / 2016

Para enfatizar ainda melhor a situação atual da previdência social brasileira, foi constatado através de demonstrações de fluxo de caixa do INSS, segue na tabela abaixo os resultados obtidos no ano de 2015 e 2016.

Tabela 1: Fluxo de Caixa do INSS 2015 / 2016

DISCRIMINAÇÃO	SETEMBRO/2016	ACUMULADO EM 2016	ACUMULADO EM 12 MESES
Arrecadação Própria	27.731.943	257.825.482	358.056.708
(+) Arrecadação Simples	2.847.528	25.107.688	33.651.912
(+) Outras Arrecadações	182.724	1.265.026	2.047.548
(=) Arrecadação Bruta	30.762.194	284.198.196	393.756.168
(-) Ressarcimentos e Restituições	15.053	203.259	266.852
(-) Recolhimentos de Outras Entidades	3.055.818	29.488.323	38.292.692
(=) Arrecadação Líquida	27.691.324	254.506.615	355.196.624
Total de Benefícios	52.767.420	367.157.034	500.697.125
(-) Benefícios Devolvidos	-550.458	-1.278.931	7.884
(=) Benefícios Previdenciários	53.317.878	368.435.965	500.689.241
Saldo Previdenciário (Arrec. Líq. - Benef. Prev.)	-25.076.096	-112.650.419	-145.500.501

FONTE: Divisão de Programação Financeira do INSS (2016)

Nas colunas referentes aos valores, temos os valores praticados no mês de setembro/2016, os valores acumulados somente de janeiro a setembro de 2016 e os valores resultantes nos últimos 12 meses (outubro/2015 a setembro/2016). Na primeira coluna, pode-se entender a “Arrecadação Própria” como a arrecadação bruta de cada período logo mais abaixo tem-se a “Arrecadação Líquida”, e ainda o “Total de Benefícios dos Períodos”, e por fim o “Saldo Previdenciário”. Ao interpretar a tabela, conclui-se que o saldo previdenciário brasileiro está decaindo a cada período analisado.

E se analisado os mesmos números no período de 2015 em termos de porcentagem do PIB, tem-se:

Tabela 2: Arrecadação e Benefício em relação ao PIB - 2015

PIB (R\$ MILHÃO)	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (R\$ MIL)	NO PIB %	BENEFÍCIOS DO RGPS (R\$ MIL)	NO PIB %
5.904.331	350.272.004	5,93	438.163.319	7,42

FONTE: DATAPREV, SINTESE (2016)

Observa-se que o total da arrecadação líquida no ano de 2015 representa 5,93% do PIB, enquanto os números referentes ao benefício de RGPS também comparado ao PIB e no mesmo período representam 7,42% (SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2016)

4.2. DEMOGRAFIA ATUAL DO BRASIL, UMA VISÃO PREVIDENCIÁRIA

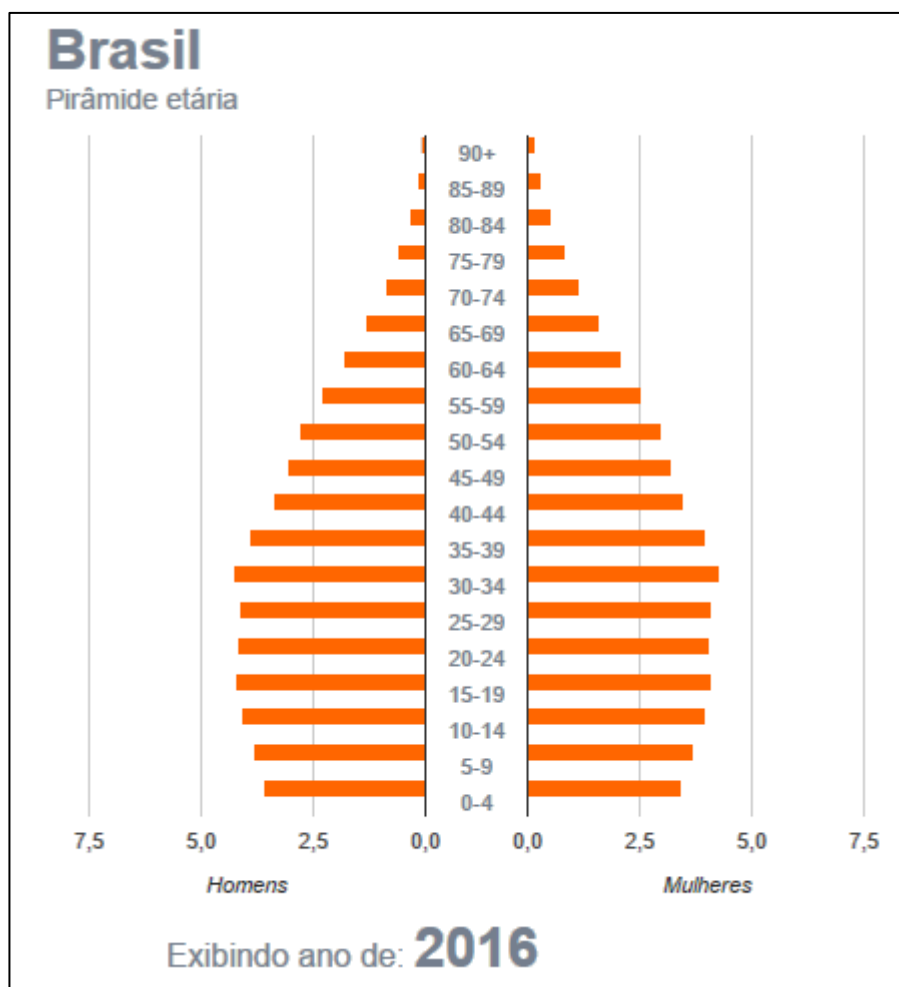
Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população atual do Brasil é constituída por cerca de 206.712.000 de habitantes, dos quais nasce um brasileiro a cada 20 segundos (IBGE, 2016).

Da população total, 22,69% são representados pelas crianças (0-14 anos), 69,14% pelos jovens e adultos (15-64) e 8,17% representados pelos idosos (65 anos ou mais).

São considerados Pessoa Economicamente Ativa aqueles que não somente possuem a idade para exercer alguma atividade remunerada, mas também possuem uma atividade remunerada ou estão à procura de uma, estes pertencem a faixa etária dos jovens e adultos, também chamada de “segmento etário potencialmente produtivo”. Por outro lado, as duas faixas etárias restantes (crianças e idosos) é definido como “população economicamente dependente” (IBGE, 2016).

A atual pirâmide etária do Brasil é representada pelo gráfico que segue:

Figura 3: Pirâmide Etária Brasileira



Fonte: IBGE, 2016

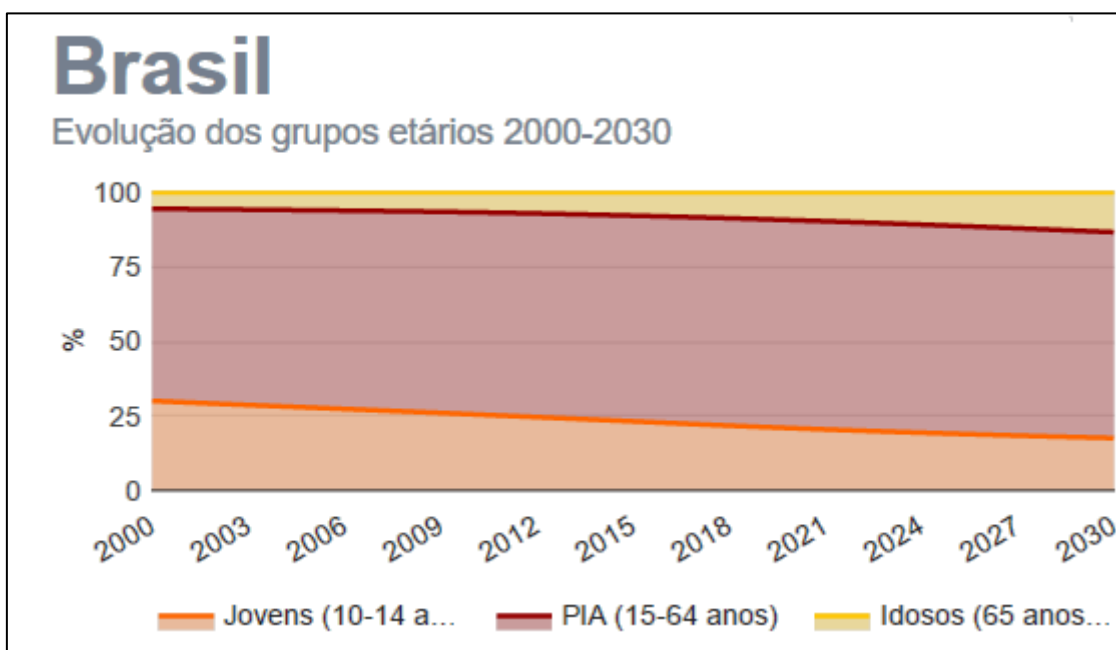
Ao observar a pirâmide etária brasileira, percebe-se que, a maior parte da população é pertencente ao “segmento etário potencialmente produtivo” e que as crianças brasileiras são mais numerosas que os idosos.

4.2.1 Estimativas Demográficas para o Brasil

Ainda segundo o IBGE, estima-se que em 2050, a demografia brasileira apresentará um quadro de certa forma pessimista, no que diz respeito à previdência pública, ao passo que, dada a taxa decrescente de natalidade e de acordo com os crescentes índices de expectativa de vida do brasileiro, este cenário se inverterá. A projeção populacional calculada pelo IBGE estima que as pessoas com mais de 50 anos de idade representarão 43,37% da população brasileira em 2050 (IBGE, 2011)

De acordo com o gráfico, a estimativa da evolução demográfica do Brasil, onde já em 2030 as crianças representarão 17,59% dos brasileiros enquanto os idosos 13,44%. Pode-se notar uma tendência decrescente na porcentagem referente a população infantil e uma tendência crescente porcentagem da população referente aos idosos.

Figura 4: Evolução Grupos etários



Fonte: IBGE, 2016

Verifica-se no gráfico acima que a parcela de pessoas idosas vem crescendo e a parcela dos jovens, diminuindo. Esta estimativa indica, de certa forma, um envelhecimento da população brasileira.

4.3 FASES DO CICLO DE VIDA FINANCEIRO DE UMA PESSOA

Uma das principais preocupações do ser humano é quanto a sua segurança, em diferentes etapas da vida e em diferentes aspectos, mas sempre a mesma preocupação em relação aos riscos que afetam a sua sobrevivência e a sobrevivência dos seus dependentes. Os riscos podem ser relacionados tanto aos riscos físicos (enfermidades, acidentes, morte) quanto aos riscos econômicos (doenças profissionais, desemprego, problemas financeiros, crises). Para todos os riscos

verificou-se que a melhor maneira de se precaver de maneira mutua ao invés de uma maneira individual.

Ademais, a longevidade incluiu mais uma forma de insegurança, na medida que as pessoas passaram a viver mais do que a idade em que se ainda é conseguido se manter financeiramente e aos seus dependentes.

Conforme a Teoria de Ciclo de Vida econômico, descrita no capítulo II pelo autor Clark *et al* (2004), a vida laboral dos indivíduos pode ser dividida em três etapas, onde na primeira etapa e na última, tem-se períodos deficitários enquanto durante a etapa intermediária tem-se a fase superavitária. Desse modo, o excesso produzido durante a fase ativa, é muito conveniente o trabalhador acumular para o consumo futuro quando não exercer mais uma atividade laboral. Na primeira fase deficitárias da vida: na infância e juventude, geralmente os indivíduos possuem um responsável legal a quem pode recorrer para seu sustento. Entretanto o mesmo não pode ser afirmado quanto aos idosos, assim faz-se necessário os trabalhadores se planejarem para terem mais segurança na terceira idade.

Segundo Infomoney (2015), muitos aposentados voltam a exercer uma atividade remunerada tendo em vista que o benefício auferido pelo Regime Geral não é suficiente para suprir suas necessidades habituais. Dados apontam que o número de aposentados que voltaram a trabalhar com carteira assinada ou contrato passou de 12,9% em 2014 para 37,2% em 2015. Tais números se referem apenas aos trabalhos formais; se considerar também os trabalhos informais, os números seriam ainda maiores (INFOMONEY, 2015).

Dessa forma, reitera-se a importância dos trabalhadores economicamente ativos se prevenirem em relação à sua terceira idade.

5.CONCLUSÃO

Os recursos para pagamentos dos direitos sociais são custeados em sua maioria, pelos trabalhadores contribuintes e pelos empregadores. E de acordo com o regime de repartição, no qual rege a previdência brasileira, somente tem-se recursos necessários para pagamento dos aposentados, se há as devidas contribuições, ou seja, o sistema público de previdência está fortemente dependente das pessoas economicamente ativas, criando-se uma desvinculação entre as contribuições aportadas e os benefícios recebidos. Hoje, segundo o IBGE, o número de brasileiros com mais de 65 anos chega a 8,17% da população total, estima-se que em 2030 haverá 13,44%.

Não somente pelo exposto acima, agravada ainda a situação previdenciária no que tange as contas públicas. Através dos dados apresentados, verifica-se que há um problema fiscal na previdência pública brasileira, onde na maioria dos anos analisados, constatou-se déficits orçamentários.

Em meio a um cenário atual e previsões pessimistas, com base no estudo realizado verifica-se que é de suma importância os trabalhadores da geração atual se prevenirem quanto à manutenção do seu padrão de vida quando chegarem as suas aposentadorias. As melhores formas de se precaver é aderindo a um fundo de pensão, em outras palavras, se tornando participante de uma Entidade de Previdência Complementar, seja ela Aberta ou Fechada.

O mais interessante para os trabalhadores seria uma adesão a um plano de benefícios de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, mas como é sabido que esta adesão não é acessível a todos, o mesmo pode ser feito através das Entidades Abertas de Previdência Complementar.

6. REFERÊNCIAS

ABRAPP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. **Introdução à previdência complementar**. São Paulo: ABRAPP, 2005.

_____. **Dicionário de previdência complementar**. São Paulo: ABRAPP/ICSS/SINDAPP, 2008

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil**: conquistas e limites à sua efetivação. III Unidade: Produção e reprodução da vida social. Brasília: Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEAD-UnB, 2009.

BRASIL (1988). Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 25 jul. 1991.

CHAN, Betty Lilian; SILVA, Fabiana Lopes da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Fundamentos da Previdência Complementar**: Da Atuária à Contabilidade. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010. 239 p.

CLARK, R. L. *et al.* **The Economics of na Aging Society**. Malden, Mass: Blackwell, 2004. 362p.

DOMENEGHETTI, Valdir. **Previdência complementar**: gestão financeira de fundos de pensão. Ribeirão Preto: Inside Books, 2009.

DORNBUSCH, Rudiger e FISCHER, Stanley. **Macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991 .

G1. **Entenda o fator previdenciário e a mudança aprovada pela Câmara**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/05/entenda-o-fator-previdenciario-e-mudanca-aprovada-pela-camara.html>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Claudia. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GLOGOWSKY, Martin Roberto. **Entendendo as decisões de investimento**: introdução à previdência complementar. São Paulo, 2005.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 17. ed. Niterói: Impetus, 2012. 911 p

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **A evolução da esperança de vida no Brasil na última década do século XX**: os ganhos e os diferenciais por sexo. 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/evolucao_da_mortalidade.shtm>. Acesso em: 12 out. 2015.

_____. **Brasil**: Tábua completa de mortalidade 2010. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2010/notastecnicas.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

_____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade**: 2000-2060. 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2013/projecoes_2013_populacao_xls.zip>. Acesso em: 12 out. 2015.

INFOMONEY. **Cresce o número de aposentados que voltaram ao mercado de trabalho formal**. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/infopessoal/noticias/_HOME_OUTRAS_1684399.shtml>. Acesso em: 24 nov. 2015.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. Tomo II. São Paulo: LTr, 1998. p. 110.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Benefícios**: índice de reajuste para segurados que recebem acima do mínimo é de 6,23% em 2015. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/2015/01/beneficios-indice-de-reajuste-para-segurados-que-recebem-acima-do-minimo-e-de-623-em-2015/>>. Acesso em: 14 out. 2015.

MIRANDA, Roberto Boueri. **Três Modelos Teóricos para a Previdência Social**. Texto para discussão nº 51 6. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

NOLASCO, Lincoln. Evolução histórica da previdência social no Brasil e no mundo. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 98, mar 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11335>. Acesso em nov 2016.

OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; BELTRÃO, Kaizô Iwakami; LUSTOSA, Bernardo Junqueira. **Fontes de financiamento da seguridade social brasileira**. Texto para discussão nº 342. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

PAGANELLI, Leomara. Universidade Federal de Santa Catarina Centro Socioeconômico. **Os benefícios na adesão a um fundo de pensão**: o caso ELOS. Florianópolis, 2005. 105 f. Monografia – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, 2005.

PENA, Ricardo. **Superávit e Déficit dos Fundos De Pensão**: Medida visa proteger as aposentadorias atuais e futuras dos participantes. 2008. Disponível em: <[http://www.previc.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/artigos/2008/superavit-e-deficit-fundos-de-pensao.pdf/@@download/file/Superávit e Déficit Fundos de Pensão.pdf](http://www.previc.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/artigos/2008/superavit-e-deficit-fundos-de-pensao.pdf/@@download/file/Superávit%20e%20Déficit%20Fundos%20de%20Pensão.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2016.

PINHEIRO, Ricardo Pena. **A Demografia dos fundos de pensão**. Brasilia (DF): Ministério da Previdência Social, 2007. 290p. (Previdência social. Estudos ;v.24)

PREVIC Superintendência Nacional de Previdência Complementar. **Guia Previc**: Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Brasília: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, 2012. 34 p. Disponível em: <<http://www.previc.gov.br/menu-de-apoio/guia-de-melhores-praticas-1/melhores-praticas-atuariais.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CONSULTAS A SITOS DA INTERNET

<http://portal.dataprev.gov.br/>
<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>
<http://www.ibge.gov.br/home/>
<http://www.previdencia.gov.br/>
<http://www.brazil.gov.br/>
<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/home>